

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

KEITILANGER GRISA HAHN

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO: UM ESTUDO DE CASO DA
CRESOL DE AMPÉRE – PR**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2014

KEITILANGER GRISA HAHN

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO: UM ESTUDO DE CASO DA
CRESOL AMPÉRE – PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável - Nível de Mestrado, do Centro de Ciências Agrárias, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Área de Concentração: Desenvolvimento Rural Sustentável

Orientador: Prof. Dra. Adriana Maria De Grandi

Co-orientador: Prof. Dr. Valdecir José Zonin

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2014

Dedico este trabalho àqueles que
contribuíram para meu êxito e a Deus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela proteção e ajuda na orientação dos meus ideais. É nele que encontro força e luz na caminhada rumo aos meus objetivos de vida.

Ao meu querido companheiro e grande apoiador, Gelson, por compreender tantas vezes minha ausência e incentivar minhas escolhas, representando assim a força necessária para a continuidade.

Ao meu amado filho Eduardo, amor incondicional e eterno.

A minha mãe, guerreira e exemplo de fé e de luta e ao meu pai, o alicerce, exemplo de vida e força.

Minha gratidão afetuosa ao meu irmão Kleitson, que sempre esteve ao meu lado, obrigado por auxiliar-me e encorajar-me frente às dificuldades encontradas pelo caminho, sua motivação e força foram fundamentais para a conclusão desta caminhada.

A minha irmã Kerli pelo apoio de sempre, mesmo que de longe, as vezes pelo MSN, me incentivando a seguir nessa estrada.

A minha querida orientadora Adriana, que com paciência, destreza e sensibilidade me ajudou a conduzir essa pesquisa e pelas considerações sempre bem oportunas. Obrigada pela sua amizade e incentivo.

Ao meu co-orientador Valdecir pelo interesse e dedicação na incumbência de avaliar cada detalhe do conteúdo desse trabalho e apresentar valiosas contribuições.

Aos amigos do mestrado, pela prazerosa presença, convivência e companheirismo que juntos usufruímos.

Enfim, a todas aquelas pessoas que direta ou indiretamente torceram por mim, enviando seus pensamentos positivos.

Obrigado!!!

“Quando amamos e acreditamos do fundo de nossa alma, em algo, nos sentimos mais fortes que o mundo, e somos tomados de uma serenidade que vem da certeza de que nada poderá vencer a nossa fé. Esta força estranha faz com que sempre tomemos a decisão certa, na hora exata e, quando atingimos nossos objetivos ficamos surpresos com nossa própria capacidade.”.

Paulo Coelho

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Estados Brasileiros com atuação das Cooperativas CRESOL.....	38
Figura 2- Organograma do Sistema CRESOL	39
Figura 3 – Mapa Brasil, Paraná, Sudoeste, Base Fronteira, Singular Ampére.....	49
Figura 4 -Localização Ampére – PR.....	55
Figura 5 - Organograma da Cooperativa CRESOL Ampére	57
Figura 6 – Descontração do quadro Social em uma Assembléia.....	60
Figura 7-Programa PSH, comunidade de Linha Santa Inês – Ampére/PR, ano 2005	63
Figura 8 – Reunião projeto ATER Ampére.....	64
Figura 9 - Sala de ordenha financiada e abandonada 2013.....	70
Figura 10 – Feira Agroecológica de Ampére-PR, 2014.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de associados das Cooperativas	50
Tabela 2 - Tabela de percentual de participação do quadro social em AGO.	59
Tabela 3- Linhas de credito de PRONAF investimento disponíveis na Singular Cresol Ampere.....	65
Tabela 4– Taxas de juros do PRONAF custeio operacionalizadas pela Singular Cresol Ampere.	66
Tabela 5 - Descrição dos empréstimos com recursos próprios.....	66
Tabela 6 – Recursos repassados a Cresol	68
Tabela 7 – Repasses na Cresol	68
Tabela 8 - Acesso às modalidades de crédito e valores médios de recursos tomados pelos agricultores familiares em 2013	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária	73
Gráfico 2– Grau de Escolaridade	74
Gráfico 3 – Números de filhos	75
Gráfico 4 – Mão de obra utilizada na propriedade (pessoas)	76
Gráfico 5 – Tamanho da Propriedade	77
Gráfico 6 – Participação nas assembleias	81
Gráfico 7 – Produtos e Serviços utilizados pelos associados	81
Gráfico 8 – Satisfação com relação aos juros de financiamentos operados pela Cresol Ampére	82
Gráfico 9 – Renda Bruta Anual.....	84
Gráfico 10 – Sucessão familiar.....	87

LISTA DE SIGLAS

ABCOP - Aliança Brasileira de Cooperativas
AFAECO - Associação Familiar dos Agricultores Ecológicos
ASSESOAR - Associação de estudos, orientação e assistência social
ATER – Assistência Técnica Extencionista Rural
BB - Banco do Brasil
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CANGO - Colônia Agrícola General Osório
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CRESOL - Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária
DAP- Declaração de Aptidão
FCR - Fundo de Crédito Rotativo
GESTOP - Grupo executivo para as terras do sudoeste do Paraná
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
MASTES - Movimento dos trabalhadores sem terra do sudoeste do Paraná
CUT- Central Única dos Trabalhadores
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
ONG - Organização não Governamental (ONG)
PAC - Pontos de atendimento ao crédito
PEP - Planejamento Estratégico Participativo (PEP)
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT- Partido dos Trabalhadores
STRs - Sindicatos dos trabalhadores rurais
UNASCO- União Nacional das Associações de Cooperativas
UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar de Economia Solidária
UPFs - Unidades Produtivas Familiares

RESUMO

HAHN, Keitilanger Grisa. **COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO: UM ESTUDO DE CASO CRESOL AMPÉRE – PR**, 2014. 112 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Rural Sustentável, Departamento de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/ PR, 2014.

A presente dissertação tem como tema o Cooperativismo de Crédito de Economia Solidária voltada a Agricultura Familiar. O objeto do estudo é a Cresol Ampére a qual faz parte de uma rede de cooperativas de crédito formada pela Cresol Baser, suas Bases e Singulares. Essa rede de cooperativas surgiu no sudoeste paranaense no ano de 1995 e hoje se estende para o todo o estado do Paraná, de Santa Catarina e também para a região sudeste do Brasil. O objetivo geral da dissertação foi analisar o papel da Cresol Ampére como cooperativa de crédito para o desenvolvimento sócio econômico da agricultura familiar no município homônimo. Os objetivos específicos apresentam as características históricas do cooperativismo e seu papel quanto cooperativismo de economia solidária, o modelo de Gestão da Cresol, o perfil dos associados e seu reflexo nas unidades familiares. Através da pesquisa afirma-se que o processo de gestão adotado pela cooperativa que busca eficiência dentro de uma proposta democrática e transparente, permitiu à cooperativa aumentar significativamente sua carteira, com empréstimo de instituições financeiras públicas, idoneidade e aumento de recursos próprios da cooperativa. Nesse sentido, a cooperativa adquiriu respeitabilidade junto aos associados e também aos poderes públicos locais. Nos últimos anos as ações governamentais e a organização dos movimentos sociais da agricultura familiar no sudoeste paranaense, possibilitaram o fomento econômico para a agricultura familiar na região. A visão filosófica do cooperativismo local é sustentada por um modelo que preza pela participação dos cooperados, por uma visão agroecológica de preservação do meio ambiente, pela participação política dos associados e pela manutenção de um modelo agrícola de pequena propriedade voltado ao mercado de produção dos alimentos. Esses fatores aproximam a Cresol das práticas daquilo que se denomina economia solidária. Concluindo assim, que a Cresol contribui para o processo de desenvolvimento sustentável, econômico e social, na medida em que, através dos créditos, produtos e serviços fornecidos aos associados agrega valor e renda as propriedades familiares e essas por sua vez, podem promover o desenvolvimento rural sustentável e aumentar a circulação de produtos e mercadorias no município.

Palavras-chave: Cooperativismo; crédito; economia solidária; desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

HAHN, Keitilanger Grisa. **SOLIDARY CREDIT COOPERATIVISM: A STUDY OF CRESOL AMPERE CASE – PR** , 2014. 112 p. Master's thesis – Course of Sustainable Rural Development, Department of master's program in Sustainable Rural Development, State University of West Parana, Marechal Cândido Rondon/PR,2014.

The current thesis is about the Credit Cooperativism of Solidary Economy directed to the Familiar Agriculture. The object of the study is the Cresol Ampere which belongs to a net of credit cooperatives formed by Cresol Baser, its Basis and Singulares. This net of cooperatives appeared in the southeast of Parana in the 1995s and nowadays extends to the entire state of Parana, of Santa Catarina and to the Southeast region of Brazil. The general objective of the thesis was to analyze the Cresol Ampere role as a credit cooperative for the socio-economic development of the familiar agriculture of the homonym municipality. The specific objectives are to present the historical characteristics of the cooperativism and its role as solidary economy cooperativism, the management model of Cresol, the profile of the members and its reflex in the family units. Through the research, we can say the management process adopted by the cooperative that is looking for efficiency in a democratic and transparency proposal, has permitted the cooperative to increase significantly its portfolio, with loan from public financial institutions, reputation and increase of its own resources from the cooperative. In this sense, the cooperative has acquired respectability from the members and from the local public authorities too. The last years, the governmental actions and the social movement organisation of familiar agriculture in the southeast of Parana, have enabled the economic development of the familiar agriculture in the region. The philosophical viewpoint of local cooperativism is sustained by a model that values the participation of the members, an agroecological vision of environment preservation, a political participation of the member and the maintenance of an agricultural model of small property dedicated to food production market. These factors approximate Cresol to the practices of what we call solidary economy. We can conclude Cresol contributes to the economic, social and sustainable development process insofar as, through the credits, products and services offered to the members, it adds value and income to the familiar properties and these ones, in turn, can promote the sustainable rural development and can increase the movement of goods and products in the municipality.

Keywords: Cooperativism; credit; solidary economy; sustainable development.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	15
2.1	SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO E SEUS PRINCÍPIOS.....	15
2.2	A TRANSPOSIÇÃO DO MODELO DE COOPERATIVISMO PARA O BRASIL..	21
2.3	A LEI 5764/71 E O MODELO DE COOPERATIVISMO TRADICIONAL E O APARECIMENTO DAS COOPERATIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	22
2.4	A AGRICULTURA FAMILIAR E O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO SUDOESTE PARANAENSE.....	27
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA DE CAMPO.....	33
3.1	SELEÇÃO DA AMOSTRA PESQUISADA.....	34
3.2	ANALISE DOS DADOS.....	34
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	37
4.1	A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA CRESOL.....	37
4.1.1	Estrutura do Sistema CRESOL.....	39
4.2	GESTÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO.....	45
4.3	ANALISE PESQUISA DE CAMPO BASE FRONTEIRA.....	47
4.4	ANALISE PESQUISA DE CAMPO CRESOL AMPERE- PR.....	54
4.4.1	Processo de Fundação CRESOL Ampére.....	55
4.4.2	Evolução do quadro social e sua participação nas Assembleias.....	57
4.4.3	Gestão da Cooperativa CRESOL Ampére.....	60
4.4.4	Descrição dos Produtos e Serviços.....	62
4.4.5	Circulação Financeira.....	64
4.5	A AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO DE CRÉDITO DO PONTO DE VISTA DOS “EXPERTS”.....	70
4.6	CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES TOMADORES DE CRÉDITO E SEU REFLEXO NAS PROPRIEDADES.....	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
	REFERÊNCIAS.....	91
	APÊNDICE A - Questionário aos agricultores.....	100
	APÊNDICE B - Questionário ao Gestor da CRESOL e Termo de autorização.....	106
	APÊNDICE C - Questionários aos EXPERTS.....	108

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo em diferentes formas tem uma existência milenar sendo identificado e estudado em diferentes sociedades e épocas. A ideia da cooperação passa pelo princípio no qual as pessoas quando se unem apresentam mais capacidade de produção de recursos. Isso ocorreu em economias de subsistência e avançou até a sociedade capitalista. Na fase posterior às revoluções burguesas, e dentro do próprio processo revolucionário, iniciou-se a elaboração teórica e a formação das primeiras cooperativas voltadas a inserir trabalhadores de forma cooperada no processo produtivo.

No Brasil o cooperativismo iniciou-se no século XIX em setores profissionais rurais e no século XX expandiu-se para áreas urbanas do Brasil. O surgimento deu-se através de imigrantes europeus que traziam de seus países de origem a experiência de trabalharem cooperativados. BÚRIGO, (2006)

As primeiras cooperativas surgiram em Minas Gerais e posteriormente se expandiram para o Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Ele é regido pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o sistema jurídico das sociedades cooperativas: “As Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma de natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”. (CRÚZIO, 2002, p.13).

No entanto, as cooperativas nascidas principalmente durante e imediatamente posterior a Lei 5.764/71 são identificadas por Singer (2008, p.3) como cooperativas de fachada, visto que fogem dos princípios do cooperativismo histórico e utilizam a legislação vigente no país para desenvolverem cooperativas organizadas como as típicas empresas capitalistas. “As cooperativas são consideradas associações de trabalhadores autônomos e não tem nenhuma responsabilidade sobre o ganho e os direitos sociais de seus próprios sócios” Na direção oposta ao cooperativismo tradicional, movimentos sociais organizados e trabalhadores autônomos tem buscado construir outro tipo de cooperativismo que, por um lado, retorna às características do cooperativismo idealizado posterior a revolução industrial e, por outro lado, busca a livre associação de trabalhadores na

forma de autogestão. Esse modelo de cooperativismo se identifica com aquilo que é denominado de economia solidária.

No sudoeste do Paraná, região onde está incluída a cidade de Ampére, delimitação espacial dessa pesquisa, a base da formação econômica são as pequenas unidades agrícolas, definidas como agricultura familiar. Segundo Escher & Schneider (2010) o processo de ocupação, efetivação e organização da agricultura familiar na região passaram por três fases distintas.

A primeira, chamada formação do território que teve como momento crítico e decisivo, a Revolta dos Posseiros em 1957 e conseqüentemente a expulsão das empresas colonizadoras da região e garantiu a caracterização do espaço físico formado por pequenas unidades agrícolas familiares. A segunda ocorreu, após os anos de 1960, quando houve o processo de Organização dos agricultores familiares através de, Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural – ASSESSOAR, organizada primeiramente por padres Belgas e depois nos anos 1970 pela organização de sindicatos de trabalhadores rurais dirigidos por lideranças dos pequenos agricultores. E a terceira, foi justamente a formação das cooperativas nos anos de 1980 visando à agricultura familiar com interação solidária.

Em 1995, surgiu a Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), fruto de iniciativas de organizações de agricultores familiares, que através de uma visão de inclusão social, desenvolvimento local e incentivo a esse público, investiu na fomentação de crédito a agricultores familiares. As cooperativas de crédito são organizações destinadas a favorecer uma determinada comunidade ou grupo de pessoas. Podem ser grandes redes ou de pequeno porte, em geral, são criadas para beneficiar uma classe, que busca através da união a conquista de seus objetivos.

Esse trabalho tem como tema central o estudo da formação e caracterização da Cresol como cooperativa de crédito, focando o estudo na Cresol Ampére, pertencente à Cresol Base Fronteira e seu reflexo quanto à utilização do crédito como fomento no desenvolvimento sócio econômico. Entende-se como relevante esse estudo pelas características da economia do sudoeste no Paraná e, em especial, da cidade de Ampére, baseada na agricultura familiar e também pela expansão territorial da Cooperativa Cresol. Para Búrigo (2006) esse novo cooperativismo é um caminho promissor para ampliar o uso dos recursos do crédito rural oficial destinado aos agricultores familiares de baixa renda e também para

modificar o quadro de exclusão bancária, ampliando de forma democrática o Sistema Financeiro Nacional.

Para se alcançar o objetivo central do trabalho foram elencados os seguintes objetivos específicos: apresentação das características históricas do cooperativismo, sua evolução e as especificidades do cooperativismo da economia solidária a partir das bibliografias selecionadas; realização de um diagnóstico descritivo das práticas de gestão da Cresol Ampère e a caracterização dos associados da cooperativa, do acesso fornecido por ela às políticas de financiamento rural e seu impacto na vida e no trabalho desses associados.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Já no início desta pesquisa nota-se que o cooperativismo no país tem uma contradição na sua formação. O modelo de cooperativismo tradicional, surgido principalmente durante o período ditatorial no Brasil (1964-1985) que teve como base legal a Lei nº 5.764/71 não consegue dar vazão às novas formas de cooperativismo fomentadas pelos movimentos sociais de trabalhadores. O modelo hierárquico e vertical de cooperativismo construído pela Lei engessa o modelo de cooperativismo de economia solidária que surge das novas experiências e demandas sociais das organizações de trabalhadores, tendo por intenção a inserção dentro das relações de mercado como maneira de sustentação, viabilidade econômica e ascensão social. LECHAT (2005).

No meio agrícola, a partir de 1980 aproximadamente começa a ocorrer à falência de grandes cooperativas ligadas ao escoamento de grãos e o aparecimento dos movimentos sociais de trabalhadores rurais, que aproximam o movimento de cooperativismo com a economia solidária. COSTA (2007)

A partir desse momento, algumas questões começam a serem elucidadas, como por exemplo, o significado do que seja economia solidária, o funcionamento e a gestão das cooperativas dentro do modelo da economia solidária e ainda os ramos em que as cooperativas de economia solidária atuam.

2.1 SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO E SEUS PRINCÍPIOS

A afirmação de que o cooperativismo tem raízes que remetem aos períodos da antiguidade clássica deve ser relativizada, pois alguns autores acreditam que o modelo conhecido de cooperativismo na sua acepção moderna emerge no final do século XVIII e início do século XIX. Período esse de mudança profunda do modelo político econômico com a consolidação do sistema capitalista.

Para Hobsbawm (1997), o capitalismo do ponto de vista de sua matriz produtiva, tem suas origens na Inglaterra, marcado por inovações tecnológicas e o surgimento da indústria moderna.

O cooperativismo, que nasce nesse período, não pode ser definido simplesmente como cooperação, no sentido de ser uma união de seus cooperados, de viver em comunidade. Mais do que isso, o cooperativismo moderno é uma forma de movimento social que deseja a melhoria das condições de vida e trabalho, de um conjunto de pessoas, que foram excluídos do processo produtivo capitalista na emergência desse sistema.

Segundo Costa (2007, p.57)

Não se pode confundir o ato de cooperar com o cooperativismo, pois, enquanto o primeiro pode ser entendido como qualquer ato ou ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica, o segundo só pode ser entendido como um movimento social que procura através da associação, fugir de uma opressão social resultante de um determinado período histórico e de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX.

Se, no sentido prático o cooperativismo do século XIX foi efetivamente resultado do surgimento de novas classes sociais e novas relações de trabalho, no sentido teórico os pensadores e promotores do cooperativismo historicamente estão filiados a corrente de pensamento identificada como socialista utópica.

Para Rego & Moreira (2013, p.65)

O socialismo surge ainda na primeira metade do século XIX como resposta crítica à industrialização e às teorias que buscam justificá-la. Os socialistas utópicos assentavam suas argumentações na defesa do desenvolvimento de uma sociedade igualitária na perspectiva de uma ordem moral dos indivíduos, acreditando que dessa forma se poderia romper com individualismo propagado no modo de produção capitalista.

Dessa corrente de pensamento surgiram os primeiros teóricos do cooperativismo como Charles Gide (1847-1932), Luis Blanc (1812-1882), Charles Foruer (1772-1837), Roberto Owen (1771-1858), Philippe Buchez (1792-1865) dentre outros. As primeiras cooperativas na Europa se caracterizavam por serem associações de trabalhadores urbanos ligados ao processo de produção industrial. (OCB-GO, 2004, p.6)

Segundo Costa (2010 Apud Pinho 1966), as primeiras cooperativas apareceram na Europa no século XIX, sendo elas: cooperativa dos trabalhadores de estaleiros Woolwinch e Chatham, (1760), cooperativa de consumo Oldhan Cooperative Supply Company (1795), ambas da Inglaterra e cooperativa de

consumo dos tecelões de Fenwichna Escócia (1769). A partir daí as cooperativas de consumo muito populares nesse período começaram a fracassar.

A experiência mais exitosa de cooperativismo nesse período ocorreu na Inglaterra em 1844 na pequena cidade industrial de Rochdale, segundo Jochem & Ronkoski (2010) era uma cooperativa de consumo denominada de Sociedade dos Probos de Rochdale. Essa iniciativa de cooperativismo teve dificuldades e peculiaridades. As dificuldades se encontravam em diversas áreas, inclusive no excessivo consumo de álcool de seus participantes que obrigou a cooperativa desenvolver programas educacionais para seus participantes. Ocorreu também uma descrença por parte dos homens que fez com que um significativo número de mulheres ingressasse nas fileiras da cooperativa.

Ainda para Jochem & Ronkoski (2010 apud Freitas, 2008 p.35) é possível verificar nessa experiência a essência histórica do cooperativismo de proporcionar melhores condições financeiras, econômicas e sociais àqueles que dele fazem parte. “Conduzindo com transparência e boa governança, se mostram muito mais eficiente no que se dispõe a alcançar”. A partir dessa experiência histórica o cooperativismo começa a constituir aquilo quais são os princípios e objetivos que possam construir um conceito sobre cooperativismo.

O estudo realizado por Ventura (2009 p.17), afirma que o cooperativismo pode ser definido como “a forma de associação na qual, grupos sociais constituem relação de trabalho organizada, de quem decorrem benefícios mútuos”. Encontra-se nessa afirmação um dos princípios do cooperativismo que é o mutualismo, ou seja, união de indivíduos que buscam o bem comum.

De acordo com Kreuzsch (2009) o cooperativismo busca a melhoria de condições de vida aos seus associados através da interação solidária, com base nesses princípios inicia-se a definição de um conceito de cooperativismo em que o mesmo é uma ação solidária de todos para o bem comum, os quais compartilham dos mesmos ideais e propósitos, afim de um benefício conjunto. Sendo assim, as cooperativas por princípio não são excludentes e visam na sua constituição à defesa do associado frente às organizações que buscam melhorias para atender as necessidades do quadro social, é uma ação participativa de todos para todos.

Nessa mesma direção Búrigo (2006), afirma que o cooperativismo nasceu da necessidade de viabilização de empreendimentos através de associação, de livre adesão e de cooperação entre os envolvidos. A organização de um modo geral é

uma necessidade de todas as classes menos favorecidas são a que mais necessitam, pois geralmente tem pouco conhecimento e pouca escolaridade. Portanto, geralmente utilizam-se da cooperação mútua e da união para amenizar as desigualdades sociais e econômicas.

De acordo com Cruzio (2002) as cooperativas podem ser definidas como sociedade de pessoas, de natureza jurídica e civil, as quais não sujeitas à falência, e prestadora de serviços. Em outras palavras, segundo o autor, a cooperativa, significa a união de trabalhadores, que se associam por iniciativa própria, sendo livre o ingresso de pessoas, desde que os interesses individuais em produzir, comercializar ou prestar um serviço não sejam compatíveis com os objetivos da cooperativa.

Na definição dada por Elias (2004, p.10), cooperativa é:

[...] uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

Para Pinho (2004), as cooperativas são o instrumento principal de ação cooperativista, porque é uma forma de organização criada especialmente para atender às necessidades sócio econômicas de seus associados. Sendo assim, as formas de cooperativas são ilimitadas, já que poderia haver tantos tipos de cooperativas quantas fossem as necessidades humanas.

As cooperativas ultrapassam a função econômica para exercer também funções sociais, dentro de um plano interno, melhorando as relações pessoais e, em um plano externo, como defensora da cidadania, do meio ambiente e da comunidade. Apresentam-se como uma forma organizacional propícia a ideia de que as empresas devem também dedicar-se a comunidade assumindo as suas responsabilidades sociais.

Segundo Salalenko (2009), o cooperativismo está enraizado em sete princípios voltados à valorização e à promoção do próprio indivíduo na sociedade que são: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; interesse pela comunidade.

Quadro 1– Evolução dos Princípios Cooperativistas - ACI- Aliança Cooperativa Internacional)

Princípios de Rochdale 1844	Congresso da ACI em 1937 (Paris)	Congresso da ACI em 1966 (Viena)	Congresso da ACI em 1995 (Manchester)
Adesão livre (porta aberta)	Adesão livre	Adesão livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social).	Adesão livre sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.
Gestão democrática	Gestão democrática	Gestão democrática	Gestão democrática e livre
Retorno “pro rata” das operações.	Retorno “pro rata” das operações.	Distribuição das sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) serviços comuns; c) aos associados “pro rata” das operações.	Participação econômica dos membros.
Juros limitados ao capital	Juros limitados ao capital	Taxa limitada de Juros ao capital social	Autonomia e independência
Venda a dinheiro	Venda a dinheiro	Constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral.	Educação, formação e informação.
Educação dos membros	Desenvolvimento da educação em todos os níveis.	Ativa cooperação entre as cooperativas em plano local, nacional e internacional.	
Cooperativização Global.	Neutralidade política, religiosa e racial.		Interesse pela Comunidade.

Fonte: Boesche, L. Fidelidade Cooperativa: Uma abordagem prática. Curitiba, 2005 p. 23.

De acordo com Irion (1997), os valores filosóficos das cooperativas são permanentes, os princípios ao interpretar os valores podem ser adaptados às circunstâncias relativas ao local e ao tempo em que é posta em prática a doutrina cooperativista.

Reforçando, Crúzio (2002) diz que a primeira cooperativa a empregar os princípios básicos do cooperativismo foi à cooperativa de consumo oficialmente registrada como Friendley Society em 1844, na Inglaterra quando por volta de 32 operários, alfaiates, carpinteiros, após serem demitidos de seus empregos por causa de uma greve fracassada, criaram um armazém para consumo próprio de farinha, azeite, açúcar entre outros produtos a fim de garantir a sobrevivência.

Ainda, de acordo com o mesmo autor, como princípios básicos estavam: livre adesão e livre saída de seus associados; democracia nos direitos e deveres dos associados; compras e vendas à vista na cooperativa; juro limitado ao capital

investido; retorno proporcional; operação com terceiros; formação intelectual dos associados; devolução desinteressada dos ativos líquidos.

Para Irion (1997), os valores e princípios do cooperativismo juntos com as ideias gerais, constituem a base doutrinária do cooperativismo, pode-se dizer que os princípios interpretam os valores e fazem a ponte entre a teoria e a prática cooperativista. Ainda comenta que os valores sejam experiências morais, de caráter permanente que se constituem no arcabouço do pensamento e da conduta dos cooperativistas. A interação dos valores e dos princípios com as ideias gerais constitui a base doutrinária que embasa e legitima o cooperativismo.

De acordo com Irion (1997), são eles:

- **Solidariedade:** É à base da cooperação. Empreendimentos em comum exigem pessoas solidárias, indivíduos independentes, dispostos a estabelecer vínculos entre si, baseando-se no apoio mútuo, no sentido recíproco de união e de responsabilidades conjuntas.
- **Liberdade:** A liberdade preconizada no cooperativismo não se restringe ao direito de ingresso ou saída da cooperativa. O essencial é o direito de analisar os valores e os princípios e potencialidades do movimento para que os interessados possam transformar de sua liberdade que é absoluta, fora da cooperativa, em liberdade voluntariamente relativa dentro dela, limitada por regras auto impostas que visão o bem comum.
- **Democracia:** A democracia cooperativista não tem o sentido apenas da forma desgoverno. Ela tem o significado da participação em todas as reuniões, do direito de opinião, da oportunidade do exercício das funções diretivas, do respeito ao direito das pessoas ainda que divergentes, do voto sem que para isso se leve em conta os investimentos e a adoção pelo quadro social de regras dentro dos preceitos estatutários e legais.
- **Justiça Social:** A justiça social no cooperativismo se faz promovendo as pessoas. A promoção econômica dos associados não é o único objetivo cooperativista. Junto com ela, entre outros benefícios, está a promoção pela educação, cultura, qualidade de vida, oportunidade de trabalho e realização pessoal.
- **Equidade:** A equidade tem sentido especial no cooperativismo quando examinada por três vertentes: a associativa, a econômica e a social. A vertente associativa estabelece deveres e direitos gerais e iguais para todos os sócios especificados no estatuto, nas decisões das assembleias ou estabelecidos pela

administração. A vertente econômica preconiza a participação do associado nos negócios cooperativos e na sustentação da entidade. A vertente social obriga a cooperativa a assistir os associados de forma equânime, sem qualquer tipo de discriminação, definindo a equidade como a cada um segundo suas necessidades de assistência. (IRION, 1997).

2.2 A TRANSPOSIÇÃO DO MODELO DE COOPERATIVISMO PARA O BRASIL

No Brasil existiram experiências de cooperativismo desde o século XIX, principalmente sobre influência dos imigrantes europeus que chegaram ao sul do país. O movimento cooperativista brasileiro, ao contrário da Europa, teve suas primeiras experiências no meio rural. Outra especificidade do cooperativismo no Brasil é que houve ao longo do tempo uma intervenção do estado orientando o surgimento e os interesses das cooperativas segundo os interesses da elite agrária e do próprio estado.

Para Girelli (2012, p.48):

A literatura acusa que o referido ideário cooperativista ou conjunto teórico doutrinário do movimento, especialmente utilizado pelo cooperativismo agrícola, foi utilizado como instrumento ideológico do Estado, a serviço de um Estado conservador e autoritário.

A diversidade dos modelos de cooperativismo no Brasil levou a criação de uma legislação regulamentando o funcionamento das cooperativas desde o início do século XX. No período ditatorial (1964-1985) se criaram dois mecanismos que engessaram qualquer possibilidade de autonomia no movimento cooperativista brasileiro e colocaram as cooperativas sobre tutela do estado. Em 1969 com a fundação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e em 1971 a aprovação de uma legislação específica para as cooperativas através da Lei nº 5.764/71.

Jochem & Ronkoski (2010, p.58 e59) assim entendem o significado da legislação específica no Brasil, “a autogestão é praticamente inviabilizada através da Lei 5.764/71 que exige que a cooperativa delimite seus objetivos de atuação e a própria entrada de novos cooperados dentro do objeto social”.

Segundo Girelli (2012) essa interferência no Estado na fundação e gestão das cooperativas só diminuiu sua ingerência com a Constituição de 1988, conhecida como Constituição cidadã, que cria novas regras para as cooperativas possibilitando o processo de autogestão.

Desse momento em diante abriu-se a possibilidade da criação de novas cooperativas no Brasil e inicia-se um novo debate em torno do cooperativismo. Os setores organizados da sociedade, principalmente o movimento social no campo promovem uma crítica profunda aquilo que chama de modelo de cooperativismo tradicional que emergiram e se desenvolveram em torno da legislação de 1971 e propõem um novo modelo de cooperativismo denominado de cooperativas da economia solidária.

2.3 A LEI 5764/71 E O MODELO DE COOPERATIVISMO TRADICIONAL E O APARECIMENTO DAS COOPERATIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

(Neste capítulo deu-se especial ênfase aos pensamentos e contribuições de Paul Singer para a econômica solidária).

O movimento cooperativista Brasileiro ao longo dos anos, principalmente após 1964, tornou-se um espaço de disputa jurídica e política em torno das características que deveria se desenvolver o cooperativismo no Brasil, mas fundamentalmente, se ele deveria constituir-se dentro do modelo histórico proposto na Europa do século XIX, ou se ele teria aqui um caráter mais centralizador e autoritário. No ano de 1969 houve a fusão da Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOP) e da União Nacional das Associações de Cooperativas (UNASCO), realizada no IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, em 2 de dezembro de 1969, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Essa fusão deu origem à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e apresentava-se como uma importante ação em defesa do cooperativismo nacional.

Segundo Silva (2006) a OCB tinha como eixo central em sua origem a) a legislação cooperativa; b) ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo; c) ao Regime Fiscal e Previdenciário; d) aos Serviços Oficiais de Cooperativismo; e) à Representação Nacional do Cooperativismo. No entanto, ser for observado os anais da fundação da OCB, observou-se que, o cooperativismo nascido naquele momento

levava em conta os interesses da classe dominante assim como, buscava um processo autoritário de centralização onde todas as iniciativas deveriam estar de acordo com o interesse do estado autoritário.

A OCB toma uma posição dúbia em relação à autonomia das cooperativas, no sentido de que elas estão sobre a coordenação central da organização, que é responsável em representar as entidades diante das autoridades estabelecidas. Portanto, há claramente um engessamento das iniciativas de construção de cooperativas em relação a seu caráter nacionalista e aliando com a entidade maior e sendo assim com o governo ditatorial.

Esse emparelhamento da OCB com a ditadura teve mais um passo em sua concretização. Em 1971, o Governo Federal legalizou o funcionamento das cooperativas e legitimou a ação da OCB nos artigos 105 e 107 da lei nº 5764/71, onde determina que a representação das cooperativas perante os órgãos oficiais e o reconhecimento das mesmas se dava através da OCB.

Para Girelli (2008), a tutela estatal sobre o cooperativismo permaneceu até a constituição de 1988. Somente a partir desse momento as cooperativas passaram a caminhar no sentido da autogestão, um dos princípios fundamentais do cooperativismo forjado pelo movimento operário europeu.

Singer (2002) aponta que antes mesmo da constituição de 1988 havia um debate conceitual entre os movimentos sociais e a direção da OCB, essa sendo questionada pelo seu excesso de elitismo e por exigir, mesmo após o ano de 1980 o vínculo das cooperativas a entidade maior, sem que a ela, de atendimentos necessários a pequenas iniciativas de cooperativismo, privilegiando as cooperativas maiores. Afirma ainda que, após o fim do regime militar as crises econômicas e por fim a eleição de governos neoliberais no Brasil, os trabalhadores vendo-se desempregados e sem capacidade de renda, surgem às cooperativas de trabalho.

O que aparentemente seria significativa para organização autônoma dos trabalhadores tornou-se num instrumento de desvalorização a mão de obra, achatamento de salários e retiradas de direitos sociais dos trabalhadores.

Santos (2008) afirma que isso se deve a leis complementares que surgem após a constituição em especial a Lei 8994/94 que acrescenta um dispositivo em relação à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), no qual as cooperativas não podem estabelecer vínculos empregatícios entre associados. Essa lei desenvolve cooperativas com características de empresas terceirizadas.

Já Singer (2008), diz que essas cooperativas são de fachada porque podem contratar trabalhadores sem garantir os direitos básicos, levam para casa apenas aquilo que trabalham, não tendo direitos adicionais, caracterizando o trabalho como formas de subemprego, não tendo direitos trabalhistas como décimo terceiro, férias remuneradas e etc.

Em sentido contrário a esse cooperativismo de fachada, surge uma nova proposta de organização da classe trabalhadora, as cooperativas de economia solidária. Para Singer (2008, p.3) economia solidária é:

Um modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos, os onde os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto.

Esse novo modelo de cooperativa, seus princípios filosóficos e suas organizações servem de referência para a criação da Cooperativa Cresol, Cooperativa de Crédito no Sudoeste Paranaense e suas similares. O estudo sobre a Cresol e sua Singular de Ampère buscou o aprofundamento sobre o cooperativismo solidário e suas particularidades que aproximam esse modelo de cooperativa na economia solidária.

Para Singer (2014), o movimento solidário procura novas forças produtivas que respeitem a natureza, respeite valores como igualdade e auto-organização, levando em conta também ciência e tecnologia, mas todos colocados sobre o peso de questões como, responsabilidade ambiental, inclusão social e autogestão que trará um modelo produtivo voltado para a maioria.

O modelo de desenvolvimento voltado ao mercado é oposto ao modelo proposto pela economia solidário, no primeiro caso, o mercado sem restrições, o estado mínimo, o modelo de desenvolvimento que leva em conta a diminuição de custos de produção e no segundo caso, o desenvolvimento acrescido da palavra solidária, é um desenvolvimento realizado por pequenas comunidades, grupos de associados ou de cooperativas trabalhadores, federados em complexos, guiados por valores de cooperação e ajuda mútua. SINGER (2014)

Em entrevista cedida para Oliveira (2010) Singer trata sobre o tema dos modelos de gestão. O Modelo da heterogestão passa pela necessidade de alguns serem mais aptos do que outros no sentido de conduzir o empreendimento. Na regra

da meritocracia, os donos, depois diretores e gerentes tem o poder de decisão, enquanto a maioria é destituída desse poder. Para Singer, segundo Oliveira (2008, p.2)

O raciocínio é circular: se o capitalista e seus gerentes têm mais poder, é porque o conquistaram e assim demonstraram ter mais capacidade. A maioria é destituída de poder porque deve ter menos capacidade. Esse raciocínio se sustenta no pressuposto de que numa economia de livre mercado os ganhadores na competição "têm" que ser os melhores, exatamente porque o mercado é livre, aberto a todos desde que tenham capital. Se muitos estão excluídos do mercado porque não têm capital, isso apenas confirmaria que eles são menos capazes.

No modelo de gestão solidária o trabalhador tem responsabilidade sobre aquilo que produz visto que vai ter que dividir o lucro ou prejuízo do empreendimento, dessa forma o trabalho deixa de ser alienante e repetitivo e torna-se um processo de conhecimento do seu processo produtivo, do gerenciamento desse processo e da tomada de decisão, todos nesse sentido são corresponsáveis por aquilo que produz e a forma que administram o produto.

O modelo de onde se originou a economia solidária foram os “Clubes de trocas” surgidos inicialmente na Argentina em momento de crise econômica do capitalismo expandindo-se para outros países e continentes. O sistema consiste Oliveira (2008) na reunião de seus integrantes, geralmente uma vez por mês, para troca de excedentes de produção ou de serviços a serem prestados. Cada um expõe o que tem e depois fazem as trocas conforme a necessidade.

Segundo respostas dadas por Singer a Oliveira (2008) as experiências de cooperativismo solidário datam dos anos de 1870, havendo uma crise econômica na Europa e a falência de amplos setores produtivos, os trabalhadores naquela época começavam a adquirir os antigos trabalhos, no sentido de geri-los coletivamente mantendo assim seus empregos e rendas. Essa experiência de compra da massa falida aconteceu também no Brasil a partir dos anos de 1980, ele cita como exemplo, a Fábrica de Fogões Wallig, a empresa empregava 4 mil trabalhadores e foi fechada e sua massa falida comprada pelos trabalhadores.

Em termos de gestão, em se tratando do pouco conhecimento e habilidade dos trabalhadores em lidar com mercado, gerenciamento e venda do produto. Singer faz uma crítica ao modelo excessivamente teórico da escola “O conhecimento da escola traz algumas coisas básicas, como: ler, escrever, fazer tabuada etc. Mas o resto à gente aprende fazendo”. OLIVEIRA (2008, p.4)

Ainda, de acordo com o autor acima citado, o processo de aprendizagem acontecesse também de forma permanente através de uma rede de recursos humanos, técnicos e científicos que permitem aos trabalhadores melhorarem seu nível de conhecimento, mas também sua capacidade de auto aprendizagem que é mais rápido, à medida que se aprende fazendo.

Outro elemento importante para compreender o cooperativismo solidário é a tendência da união das cooperativas, o que há de novo e diferente do que ocorria no século XIX é aquilo que Singer chama de intercooperação, ou a cooperação entre si. Esse modelo parte por um lado, da crítica ao modelo de mercado do capitalismo, onde as empresas gigantes não só dominam mais tem monopólio deste mercado, portanto, uma única maneira de entrar no mercado capitalista é aproximação das cooperativas.

Segundo Singer em Oliveira (2008) a primeira experiência contemporânea dessa relação inter cooperativas, acontece em Modragón, na Espanha, onde umas centenas de cooperativas se unem formando um aglomerado destas em forma de singulares de segundo e terceiro grau.

Esse modelo é o mesmo utilizado pela Cresol, como se pode se notar durante o trabalho de pesquisa, é um aglomerado de cooperativas, a de primeiro grau, Cresol Baser, que dá sustentação institucional e suporte para o sistema todo dialogar com o gigantesco sistema financeiro e suas instituições.

As “Cresois” Bases, que dão base de diálogo e ação política para a Cresol nas regiões, e por fim, as singulares que são à base de sustentação do chão da cooperativa, aquelas que dialogam diretamente com os cooperativados de ponta, prestam serviço aos sócios.

Ainda para Singer, uma das maiores tarefas do cooperativismo é estimular o crédito para os associados das cooperativas, porque esses, em geral são pessoas com baixa situação financeira e não tem acesso ao crédito fornecido pelos bancos tradicionais. Esses bancos voltados sempre aos grandes clientes, empresas e governos, não criam linhas de crédito aos pequenos, muitas vezes quando esses acessam as linhas acabam tendo problemas de inadimplência. Uma das armas do cooperativismo contra esse modelo de exclusão financeira é o microcrédito que foi criado e massificado em Bangladesh onde os donos dos bancos são os próprios clientes e o sistema de crédito é dado preferencialmente para mulheres, ou homens quando chefes de família.

No Brasil há um diálogo dentro do Banco Nacional de Desenvolvimento para que haja uma carteira de crédito para a agricultura familiar, junto a isso, empreendimentos solidários como a Cresol criou sua carteira própria. Em relação direta com a agricultura o sistema de crédito mais viável vem do PRONAF, ou seja, o modelo de pequenos créditos.

Portanto, pode-se notar que Singer tem um triplo papel no desenvolvimento do cooperativismo solidário, incluindo de crédito no Brasil. Primeiro, pensou teoricamente, construindo um norte conceitual para o cooperativismo solidário. Segundo, fomentou experiências de cooperativismo e interligou vários setores em torno dessas experiências, trabalhadores, lideranças e academia. Terceiro, ao dirigir a Secretaria Nacional de Cooperativismo Solidário, deu sustentação política estatal pra o fortalecimento do cooperativismo solidário.

2.4 A AGRICULTURA FAMILIAR E O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO SUDOESTE PARANAENSE

O sudoeste paranaense é conhecido como uma região agrícola formada por unidades familiares e um longo histórico de organização desse setor através da participação em movimentos sociais. Esse histórico trouxe à região resultados importantes como, por exemplo, a criação de uma rede de cooperativas ligadas à economia solidária e associadas à União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar juntamente com a Economia Solidária que tem sua sede na referida região. Nesse sentido, a movimentação política da agricultura familiar criou de fato um movimento político econômico que trouxe resultados significativos para esse setor na região. ESCHER & SCHNEIDER (2010).

A ocupação do sudoeste paranaense ocorreu através de um processo lento de colonização e povoamento, associado à luta pelo direito de propriedade da terra por parte dos colonos que ali se fixaram. Para Gomes (2007) a região, até 1940 tinha uma população em torno de 9 mil pessoas, a partir de 1943 o Governo Getúlio Vargas criou a política denominada de “marcha para o oeste”, promovendo de forma oficial a colonização do sudoeste paranaense através da Colônia Agrícola General Osório (CANGO) provocando um processo rápido de colonização da região por

pessoas oriundas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em sua maioria, descendentes de europeus.

O território já estava ocupado por pequenos agricultores, nesse período chegaram à região empresas colonizadoras que se auto intitularam proprietárias das terras na região e tentaram vendê-las para os colonos, esse episódio teve seu clima em 1957 resultando na Revolta dos Posseiros.

Esse nome dado a revolta por si só explica o fato de que os colonos que moravam na região não tinham o título da terra, tampouco as empresas colonizadoras, os colonos eram na verdade apenas posseiros, ou seja, tinham a posse, mas não o título da terra.

Para Lazier (1997) foi o presidente João Goulart que tomou iniciativas no sentido de resolver o problema da titulação das terras no sudoeste paranaense. Pelo Decreto 51431, o presidente criou o Grupo Executivo Para as Terras do Sudoeste do Paraná (GESTOP). A GESTOP, após garantir a legitimação do título de proprietário de terra aos posseiros e manter a demarcação originária é destituída em 1973.

Durante a ditadura militar (1964-1985) ocorreu no meio agrícola aquilo que é reconhecido como Revolução Verde, caracterizada pela mecanização do meio agrícola e o aumento do plantio para exportação. No sudoeste esse processo foi minimizado pela tradição da policultura agrícola, pela criação de gado e pela organização dos pequenos proprietários na região.

Segundo Escher & Schneider (2010) em 1966 os padres belgas criaram na região, com sede em Francisco Beltrão a Associação de estudos, orientação e assistência social (ASSESOAR). Essa entidade teve papel político fundamental na região durante toda década de 1970 organizou os trabalhadores no sentido de disputarem as eleições para os sindicatos dos trabalhadores rurais (STRs) que estavam entregues a lideranças próximas ao governo ditatorial, assim como, a organização das primeiras cooperativas agrícolas da região.

Em meados de 1980 consolidou-se um grupo significativo de lideranças agrícolas na região formada principalmente dentro da igreja católica nessa época ligada ao grupo da Teologia da Libertação. Esse grupo consolida-se hegemônico Sindicato dos trabalhadores rurais da região, criam o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Sudoeste do Paraná, criam a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e também o Partido dos Trabalhadores.

Para Escher & Schneider (2010), a partir de 1990 surgiu à terceira onda de “contra movimentos” da agricultura familiar no sudoeste paranaense e em 1989 a ASSESOAR através de recursos trazidos pela Organização Não Governamental (ONG) alemã MISERIOR foi criado o Fundo de Crédito Rotativo (FCR) visando fomentar o cooperativismo. Finalizando esse resgate histórico em 1995 o acúmulo de experiência na organização e fomento de recursos permitiu que fosse criado a Cresol.

A base de sistema de serviços central Cresol constava em 2008 com 75 cooperativas singulares, 58 pontos de atendimento ao crédito (PAC's) atuando em 128 municípios do Paraná e 83 em Santa Catarina. Para Escher & Schneider (2010, p.13) “neste mesmo ano de 2008 foram repassados mais de R\$ 250 milhões em créditos para os associados e aproximadamente 33 mil contratos, dos quais 27 mil são do PRONAF, correspondente a 82% do total.”

As cooperativas de crédito se diferenciam dos bancos de crédito tradicionais porque são instituições de estruturas pequenas que tem menos burocracia no desenvolvimento do crédito e garantem taxas menores que o restante do sistema financeiro. BITTENCOURT, (2001).

De acordo com Silva & Gheller (2011) as cooperativas, assim como os bancos, podem movimentar recursos dos associados e repassar recursos de programas oficiais. A autonomia típica das cooperativas permite o dialogo individualizado com os associados segundo as condições e interesses de cada um.

Para Bittencourt (2001) nos bancos tradicionais os rendimentos são apropriados pelos donos, constituindo lucro. Nas cooperativas de crédito as taxas são menores e quando existem sobras, são divididas entre os associados ou são utilizadas para a capitalização da cooperativa, por meio da elevação do valor da cota capital dos associados. Contudo destaca-se o baixo custo operacional das cooperativas, devido à sua menor estrutura física e de pessoal, elas podem fornecer empréstimos com juros abaixo do praticado pelos bancos e ainda remunerar as aplicações de seus associados com taxas superiores às do mercado.

Pinheiro (2006) reforça que as cooperativas de crédito podem ser definidas como uma instituição financeira, na qual presta serviços financeiros aos seus associados voltados a produtos que tradicionalmente eram fornecidos pelo sistema bancário tradicional.

De acordo com Bittencourt (2001), o sistema de crédito cooperativo solidário necessita dos princípios de gestão política democrática, participativa e solidária, gestão profissional com filosofia de viabilidade econômica, financeira e de qualidade dos serviços e com filosofia cooperativa; descentralização administrativa e flexibilidade quanto às condições locais, confiança e conhecimento mútuo entre o sistema e os seus associados, a fim de estabelecer um sistema eficaz de controle social e de valorização da comunidade.

Ainda de acordo com Bittencourt (2001), esse sistema inclui ainda a distribuição da renda e o desenvolvimento da cidadania, articulando empreendimentos econômicos com processo de formação, de educação integral e de qualificação técnica e profissional, respeitando as diversidades étnicorraciais e de gênero de cada região.

Conforme a classificação de Ribas (2009), as cooperativas de crédito são instituições financeiras sem fins lucrativos, contudo, como pessoa jurídica nasce para prosperar e ter continuidade, para tanto precisa tornar-se competitiva, o que é necessário para sua sobrevivência e exige estratégias e ações que só um bom planejamento estratégico pode orientar fato que o cooperado opta pela empresa que melhor satisfaz suas necessidades e demonstra estabilidade e segurança.

Quadro 2 - Diferenças entre Cooperativas de Crédito e Instituições Financeiras (Banco)

Cooperativa	Banco
Sociedade simples, de pessoas, sem fins lucrativos.	Sociedade empresária, de capital, prioriza o lucro para os acionistas.
Número ilimitado de associados.	Número limitado de ações.
Cada associado (pessoa) tem um voto.	Voto proporcional às ações ordinárias.
As cotas são inacessíveis a estranhos à cooperativa, ainda que por herança.	As ações são livremente negociadas e/ou transferidas.
Os resultados financeiros oriundos de atos cooperativos são isentos de tributos.	Os resultados positivos são altamente tributados.
As sobras (resultado positivo entre os ingressos e dispêndios) são devolvidas aos associados, proporcionalmente as suas operações com a cooperativa no exercício.	O lucro líquido fica à disposição dos acionistas, proporcionalmente ao número de ações ou participação no capital do Banco.
Desenvolve-se pela colaboração.	Avança pela competição.

Fonte: SEBRAE, 2001.

O Quadro 02 demonstra as principais diferenças existentes nos vários tipos de sociedades financeiras, onde cabe por parte do usuário uma análise da escolha

de qual serão instituição que manterá a operacionalização de suas atividades financeiras trazendo-lhe maiores benefícios.

Para Silva & Gheller (2011), o Sistema Cresol ao contrário de outros sistemas, articula-se com outros setores da agricultura familiar e sua função enquanto instituição de crédito vai além da facilitação do acesso do mesmo pelos agricultores, visa um cuidado com o meio ambiente, gerar renda com produtos diferenciados e garantir o crescimento econômico das unidades familiares. Sendo assim, a instituição de políticas de crédito para a agricultura familiar é fruto da organização e mobilização desse setor, como resultado foi criado uma política de crédito específico chamado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

De acordo com o Censo agropecuário 2006, a agricultura familiar era responsável por 38% do valor bruto da produção nacional na agricultura e por ocupar 77% das pessoas que trabalham na agricultura. Em 2011 o Deputado Federal Assis do Couto, fundador da Cresol, tendo como base eleitoral os pequenos agricultores do sudoeste paranaense, através da Lei nº 11.326/06 criou o certificado dos produtos da agricultura familiar e o selo dos produtos da agricultura familiar.

O PRONAF tem também um papel importante no desenvolvimento econômico de pequenos municípios, sendo responsável pelo aquecimento das economias locais, essa relação entre Cresol como uma instituição de crédito solidário, portanto, inserido na comunidade e preocupado com o desenvolvimento sustentável e PRONAF, como principal, mais não único produto fornecido pela cooperativa vai ser aprofundado no trabalho de campo visando ver os resultados encontrados no estudo do desenvolvimento regional.

Ressalta-se nesse momento os créditos disponíveis pela Cresol os quais são oriundos de sua própria carteira e a créditos de mercado voltados a agricultura familiar que tem taxas de juros menores para esse setor, sendo o PRONAF o instrumento mais usado para esse tipo de crédito.

Para Soster & Basso (2010, p.31), o PRONAF liberou para o Sistema CRESOL trezentos milhões de reais para financiamentos médios de 12 mil reais por associado. Ainda de acordo com os mesmos autores, “Mais de 30 milhões em microcréditos foram liberados, distribuídos em 9.462 contratos, com média de 4.036,38 por operação. Considerando que se somarmos os recursos Próprios e Repasses somam-se 852 milhões em empréstimos liberados”.

Pode-se perceber que a reserva interna e o PRONAF são os principais instrumentos de recursos que a Cresol destina para seus associados dados extraídos de Soster & Basso (2010) mostram que houve um crescimento gradativo de empréstimos oriundos do PRONAF em 2006 e o volume de crédito liberado foi algo em torno de 60 milhões, anualmente esse valor cresce chegando em 2010 num montante de 120 milhões por ano.

O que pode ser percebido até o presente momento é que há uma relação harmônica entre o investimento feito pelo governo federal em relação à agricultura familiar em especial o PRONAF e a capacidade da Cresol de gerir democraticamente esses valores, fazendo de uma operação financeira, base de todo o sistema de crédito, uma política de inclusão e desenvolvimento regional da agricultura familiar. Está nesse fato o mérito e o diferencial do cooperativismo solidário, em particular a Cresol em relação a outros instrumentos de financiamento em especial os bancos tradicionais.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA DE CAMPO

O objeto de pesquisa é o estudo do Cooperativismo de Crédito Solidário realizado pela Cresol Ampére situada no sudoeste paranaense com uma população aproximadamente de 17.630 habitantes. IBGE (2006).

A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso seguindo as definições de Yin (2001) caracterizado por um estudo específico de pesquisa baseado na coleta e análise de dados.

A pesquisa desenvolvida nesse trabalho é de caráter exploratório aplicado ao estudo de caso. Existem muitas definições para estudo de caso, para interesses desta pesquisa entende-se estudo de caso, como:

Representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tantos estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa. YIN (2001 p.19)

Para Ventura (2007), o estudo de caso pode ser considerado intrínseco ou instrumental. Nesse caso quando se examina um caso para entender melhor outra situação. Nessa pesquisa a partir do estudo específico da Cresol Singular Ampére, deseja-se ampliar a compreensão sobre o papel do cooperativismo de crédito solidário para o desenvolvimento sustentável de forma mais ampla no sudoeste paranaense e de forma restrita ao no município de Ampére.

Como afirmam Silva & Menezes (2001), a pesquisa aplicada tem por objetivo à solução de problemas específicos. Ainda Yin (2001) reforça que:

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Pode-se complementar esses estudos de casos "explanatónos" com dois outros tipos - estudos "exploratórios" e "descritivos". YIN (2001, p.19)

Para concluir, Yin (2001), reforça que o estudo de caso é uma estratégia escolhida para análise de fatos atuais, tendo como vantagem as técnicas de “observação direta e serie sistemática de entrevistas”

O poder diferenciador do estudo é a capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações

– além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional. YIN (2001 p.19)

Como estudo de caso essa pesquisa se caracteriza por ser um trabalho empírico exploratório, que visa compreender o fenômeno do cooperativismo na cidade de Ampére, buscando descrever e analisar dados coletados em campo através de questionários distribuídos da seguinte forma: Questionário semi estruturados para um dirigente da Cresol Singular Ampére e um dirigente da Cresol Base Fronteira, visando responder como funciona a gestão das cooperativas e também vinte e nove agricultores familiares associados da Cresol, finalizando com uma entrevista com “*experts*” do ramo cooperativista onde foi possível proporcionar maior segurança nos resultados obtidos na pesquisa de campo.

3.1 SELEÇÃO DA AMOSTRA PESQUISADA

Essa amostragem com relação aos agricultores associados teve como critério principal um agricultor de cada comunidade rural pertencente ao município de Ampére, que fizesse parte da cooperativa a mais de cinco anos, e que foram selecionados através de sorteio dos nomes dos associados fornecidos pela cooperativa em estudo. Essas entrevistas aconteceram *in loco* no período de março a junho de 2014. As comunidades as quais os associados pertenciam são: Linha Apolônia, Sagioratto, Tigrinho, São Tomais, KM50, KM55, Furlan, São Pedro, São Jose, Água Boa Vista, Água Doce, Água Preta, Lazarotto, Alto Alegre, Fonte Bela, Bonita, São Paulo, Bom Princípio, Santa Inês, Santa Luzia, Vargem Bonita, São Salvador, Gulart, Quadra, Jacutinga, Florestinha, Barra do Ampére, São Sebastião, Cabeceira de São Tomas.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Quanto à abordagem do problema a metodologia usou da análise de dados quantitativa e qualitativa. Quantitativa porque os dados foram coletados através de questionário semi-estruturado com perguntas fechadas. E também qualitativa na

medida em que a análise dos dados apresentados dependeu do pesquisador e de suas compreensões da realidade. FERNANDES, GOMES, (2003)

Além disso, o caráter subjetivo de algumas questões, tais como o grau de satisfação e as melhorias nas condições de vida dos associados em relação aos recursos de investimentos, dependeram da forma de ver o mundo dos associados. Isso foi levado em conta, obviamente, relacionando às opiniões e olhares a dados estatísticos e a literatura científica existente.

Como se constata em Demo (2000) na pesquisa qualitativa existe o interesse em apanhar também o lado subjetivo dos fenômenos. No mesmo sentido Silva & Menezes (2001, p.20) a interpretação de fenômenos e a atribuição de significados são processos da pesquisa qualitativa, “o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento- chave”.

Com o intuito de ter uma visão mais ampla do processo cooperativista, sua importância no desenvolvimento rural, reforçando os conceitos e ainda, validando as respostas diagnosticadas na pesquisa de campo. Foram entrevistados alguns *experts* referentes ao tema, sendo eles: três professores universitários que apresentam suas pesquisas ligadas a história do cooperativismo e desenvolvimento regional e um terceiro ligado ao sistema financeiro local semelhante a Cresol.

Com relação aos objetivos, a pesquisa foi exploratória e descritiva. Exploratória porque buscou segundo definição de Silva & Menezes (2001) proporcionar maior familiaridade com o problema, proporcionando a construção de hipóteses, usando também a análise de exemplos que facilitem a compreensão, de modo geral, são pesquisas bibliográficas e estudo de caso.

A pesquisa foi descritiva, em consonância com as reflexões de Gil (2009) que busca a descrição das características de determinada população e fenômeno de forma detalhada e com Silvia & Menezes (2001) onde a pesquisa descritiva trata-se de um levantamento através do uso de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Houve pesquisa bibliográfica visando construir o referencial teórico, e cercar-se de conhecimentos produzidos em relação ao objeto e aos sujeitos da pesquisa. Para Marconi & Lakatos (2003) a pesquisa bibliográfica, também é realizada através da leitura de livros, teses, dissertações, artigos científicos, tendo objetos semelhantes ou iguais aos estudos nessa dissertação.

Em relação à pesquisa bibliográfica Marconi & Lakatos (2003, p.158) afirmam:

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.

Nesse sentido utilizaram-se artigos científicos reconhecidos pela comunidade acadêmica, dissertações e teses acadêmicas e outras literaturas sobre o tema. Usaram-se também os sítios de entidades e instituições. Houve pesquisa documental, através das atas e relatórios da Cresol, documentos oficiais, e legislação relacionadas ao tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA CRESOL

O Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária é fruto da luta dos agricultores familiares por acesso ao crédito e por uma vida digna e sustentável no campo. Como já ressaltado anteriormente, as cooperativas nasceram das experiências do Fundo de Crédito Rotativo (FCR), esse fundo, financiado pela cooperação internacional (MISEREOR), foi criado na década de 80 e início dos anos 90, no Sudoeste do Paraná, por um conselho de entidades populares da região. Na mesma época, na região Centro-Oeste, pequenos investimentos também eram financiados pela ACT.

De acordo com CRESOL Baser (2010), em 1996 surgem as primeiras Cooperativas Cresol, sendo três no Sudoeste do estado do Paraná (Dois Vizinhos, Marmeleiro e Capanema) e duas no Centro-Oeste (Pinhão e Laranjeiras do Sul). Na mesma época do nascimento do Sistema Cresol, foi criado pelo Governo Federal o PRONAF, importante ferramenta para estruturação das cooperativas e das famílias agricultoras. A criação das primeiras “Cresois” e o crescimento registrado logo nos primeiros anos de funcionamento até os dias de hoje, evidenciam a força da agricultura familiar, até então, excluída do sistema financeiro tradicional.

O surgimento do Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, segundo Volles *et al.* (2010, p. 12), “deu origem a construção de outro cooperativismo, diferente do cooperativismo chamado empresarial”. Segundo o autor, no lugar de estruturas centralizadas e grandes unidades, optou-se por uma estrutura descentralizada formada por unidades pequenas, articuladas entre si e com a comunidade local, contribuindo para democratização do crédito rural e para o efetivo controle social.

Na Figura 01 é possível observar a atuação do Sistema Cresol nos estados Brasileiros.

Figura 01– Estados Brasileiros com atuação das Cooperativas CRESOL



Fonte: www.cresol.com.br (2014)

Observa-se que a Cresol surgiu para atender a demanda da Agricultura Familiar que através de uma visão de inclusão social, desenvolvimento local e incentivo a esse público acreditou e investiu em um crédito bem orientado, desempenhando um importante papel na geração de trabalho e renda a pequenas propriedades da agricultura familiar.

Seu quadro social é composto exclusivamente por agricultores familiares, que são responsáveis pela administração das cooperativas. Essa administração horizontal permite o fortalecimento do controle social, que mesmo com seu crescimento, garante que a gestão das cooperativas fique na mão dos agricultores.

Ainda de acordo com Búrigo (2006) a ação das cooperativas de crédito do Sistema Cresol proporcionou vantagens como disponibilidade de crédito e outros serviços financeiros aos agricultores familiares, a simplificação e flexibilidade nos critérios de liberação dos financiamentos, diminuindo os custos de barganha e facilitando a disponibilidade do crédito em épocas mais admissíveis. Além disso, estimulou às atividades inovadoras e à gestão compartilhada das cooperativas, Bases e Centrais, garantindo a consolidação de um modelo gerencial, em que se fortalece o controle social das cooperativas de crédito.

4.1.1 Estrutura do Sistema CRESOL

A Lei nº 5.764/64 estabelece em seu art. 6ª divisão das cooperativas em singulares, centrais e confederações, atualmente o sistema Cresol é composto por 79 (setenta e nove) cooperativas singulares, assim entendidas aquelas que atuam diretamente com o público alvo, ou seja, os agricultores familiares.

Também integram a estrutura do Sistema Cresol as Bases Regionais, que são cooperativas centrais de serviços de caráter operacional, agregando cooperativas singulares por proximidade e a Central Cresol Baser a qual reúne as bases regionais de serviços e as cooperativas singulares, cada uma desempenha um papel importante para o sucesso da cooperativa. A Figura 02 representa o organograma do Sistema Cresol:

Figura 2- Organograma do Sistema CRESOL



Fonte: www.cresol.com.br (2014)

A Central Baser é um órgão de crédito, de serviços e representação política, a qual é responsável pela formação de dirigentes, contabilidade, crédito rural, plano de safra, informática, marketing e recursos humanos. As Bases Regionais são cooperativas de serviço que agregam cooperativas singulares nas proximidades, tem como responsabilidade; a formação, informática e tecnologia da informação, comitê de crédito, conselho de administração fiscal, contabilidade, execução e análise de balanço contábil acompanhamento e gestão, negociação com governos municipais e órgãos públicos regionais, recursos humanos e normativos específicos

para as cooperativas da região e as cooperativas Singulares são as que têm relacionamento direto com o público alvo, que são os agricultores familiares, visando o bom atendimento aos agricultores com facilidade para a obtenção de crédito que viabiliza a agricultura familiar. CRESOL (2010).

Pode-se destacar ainda que, a cooperativa tem por objetivo a organização e atendimento do quadro social, aplicação do cadastro socioeconômico, liberação de créditos, análise de projetos e crédito de investimento, aplicações financeiras e controles de contas. CRESOL (2010).

Atualmente, existem dez Bases Regionais no sistema Cresol, são elas: Cresol Base Sudoeste, Cresol Base Fronteira, Cresol Base Cataratas, Cresol Base Centro Oeste, Cresol Base Metropolitana, Cresol Base Litoral, Cresol Base oeste, Cresol Base Meio Oeste, Cresol Base Minas Gerais e Cresol Base Espírito Santo.

Para contribuir sobre a importância do Sistema Cresol, de acordo com os estudos de Bolzan (2013) apresenta-se o Quadro 03 com vários acontecimentos marcantes referente à história do Sistema Cresol.

Quadro 3– Registro histórico do Sistema Cresol

Ano	Acontecimento Marcante
1995	Pelas dificuldades no acesso ao crédito rural e a partir da experiência do FCR, foram criadas as cinco primeiras cooperativas: Dois Vizinhos, Marmeleiro, Laranjeiras do Sul, Capanema, e Pinhão.
1996	Firmado o convênio como Banco do Brasil, havendo a liberação de 710 contratos de PRONAF Custeio e a criação da primeira Base de Serviços.
1997	Firmado o primeiro Convênio com o BRDE (Banco Regional do Desenvolvimento); firmada parceria com os sistemas de cooperativa de Crédito CreserveCrehonor; realização do primeiro curso de formação aos conselheiros fiscais das cooperativas singulares.
1998	Realização do primeiro planejamento estratégico participativo; firmado convênio com a ONG ACT, hoje denominada TRIAS. Esse programa visa incentivar e fomentar cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, buscando formar um pilar sólido para o desenvolvimento econômico local sustentável nas áreas institucional, comercialização e gênero e geração.
1999	Expansão para Santa Catarina e Rio Grande do Sul; firmado o primeiro convenio com o BNDES para repasse de investimento e microcréditos.
2000	Criação do programa de Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito; por orientação do Banco Central, a primeira base de serviços foi transformada em uma Cooperativa Central de Crédito (Central Cresol Base).
2001	As primeiras Cooperativas Cresol completam cinco anos; firmados os primeiros convênios com a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
2002	O primeiro Presidente do sistema Cresol, Assis Miguel do Couto, foi eleito Deputado Federal; intensificação dos processos de formação.

2003	Inaugurada a sede própria da Central Cresol Baser; criado o fórum das Cooperativas da Economia Solidária, junto aos órgãos governamentais.
2004	Foram financiadas as primeiras moradias rurais através do programa Habitasol; foi criada mais uma Central em Chapecó/SC, que passou a congrega algumas cooperativas do Estado de Santa Catarina e todas as Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul; a Cresol Central Baser se tornou agente financeiro do BNDES.
2005	Foi constituído o INFOCOS (Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário); primeiro talonário de cheques próprio da Cresol.
2006	As cooperativas Cresol completam 10 anos de existência; lançamento do cartão Cresol; realização do curso de cooperativismo.
2007	Constituição da CRESOLTEC (cooperativa de tecnologia); reconhecimento no cenário latino americano, na área de micro finanças.
2008	Criação da Corretora de Seguros; início das aulas da primeira turma de pós graduação.
2009	Criado o programa Cooperativa Escola de formação para diretores e elaboradores; o sistema Cresol atinge a marca de 80 mil cooperados.
2010	Comemoração dos 15 anos do Sistema Cresol; Encontro do Cooperativismo Solidário e da Agricultura Familiar realizado em parceria com a Unicafe Paraná.
2011	Lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar pela Presidenta Dilma Rousseff em Francisco Beltrão/PR.
2012	O ano de 2012 foi instituído pela ONU como o ano internacional das cooperativas; expansão para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Fonte: Bolzan, Irineu Jr (2013) – adaptado pela autora (2014).

Percebe-se através dessa evolução cronológica de atividades, conquistas e desafios, que a Cresol vem crescendo e acumulando várias conquistas muito além do reconhecimento de governos, entidades e organizações. Conquistaram uma gama enorme de associados que acreditaram e depositaram confiança através de suas transações financeiras e envolvimento ativo de suas atividades.

O crescimento do Sistema Cresol desde a sua fundação demonstrou a existência de uma demanda real de crédito pelos agricultores familiares. O sistema Cresol desenvolveu sua missão, sua visão, valores e princípios durante a elaboração do seu Planejamento Estratégico Participativo (PEP), realizado no ano de 2009 e contou com a participação de dirigentes e colaboradores das três instâncias do Sistema: Cooperativas Singulares, Bases Regionais e Central Baser.

Em sua Missão que é “promover a inclusão social da Agricultura Familiar através do acesso ao crédito da poupança e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local e a sustentabilidade institucional”. Torna-se visível

a preocupação com os *stakeholders*¹ e percebe-se que sua missão é tida como o detalhamento da razão de ser da cooperativa, ou seja, é o propósito da organização. A visão da Cresol é “crescer juntamente com nosso quadro social para que possamos atender o maior número de famílias agricultoras, oferecendo crédito e serviços financeiros na busca do desenvolvimento social”. Fica evidente que a visão pode ser percebida como a direção desejada, o caminho que se pretende percorrer, uma proposta do que a cooperativa deseja ser a médio e longo prazo e, ainda, de como ela espera ser vista por todos.

Em se tratando de seus valores e princípios de acordo com Santos (2013), valor pode ser traduzido como um conjunto de normas e princípios sócio culturais aceitos ou mantidos por indivíduos, classe ou sociedade. Os valores correspondem ao que é importante para a organização e devem ser considerados guias para o comportamento no dia-a-dia. Os valores norteadores do Sistema são:

- a) Excelência;
- b) Ética;
- c) Honestidade;
- d) Transparência;
- e) Responsabilidade social.

Também durante o Planejamento Estratégico Participativo, foram eleitos seis princípios nos quais o Sistema Cresol deve pautar suas ações:

- a) Interação solidária;
- b) Formação, capacitação e organização dos associados;
- c) Descentralização das decisões;
- d) Crescimento horizontal;
- e) Democratização e profissionalização do crédito;
- f) Desenvolvimento social;
- g) Sustentabilidade.

O termo *stakeholder* foi criado por um filósofo chamado Robert Edward Freeman. Ao entender a importância dos *stakeholders*, o responsável pelo planejamento ou plano consegue ter uma visão mais ampla de todos envolvidos em um processo ou projeto e saber de que maneira eles podem contribuir para a otimização deste.

Fonte: <http://www.significados.com.br/stakeholder/>

Para finalizar de acordo com Cresol (2010), no que se refere aos seus produtos, serviços e parceiros, o Sistema Cresol procura interagir com seus associados de várias formas, tanto na própria sede da cooperativa com o atendimento aos associados pelos colaboradores, oferecendo produtos e serviços, ou também fora da sede, com a participação dos sócios em eventos realizados pela cooperativa, sempre procurando debater sobre a realidade das cooperativas.

O Instituto Infocos (2007, p.97), define o conceito de produtos como sendo “[...] a operação que a cooperativa realiza com o associado que está diretamente ligada à sua atividade”. E o conceito de serviços como sendo “[...] uma atividade que não está diretamente ligada às operações da cooperativa, mas que pode ser oferecida ao associado por evidenciar uma afinidade com o objetivo principal da cooperativa”.

De acordo com Bolzan (2013) O sistema Cresol disponibiliza aos seus associados, variadas gamas de produtos e serviços, são eles: empréstimos com recursos próprios; empréstimos de custeio e investimentos, com créditos oriundos do PRONAF; microcrédito; conta corrente; poupança; seguros; habitação; cartão de crédito; talão de cheques; pagamento a aposentados; recebimento de títulos; recarga de celulares; depósitos de longo prazo; etc.

Ressalta-se que o sistema Cresol tem como aspecto mais forte o social, devido às várias políticas adotadas pelo sistema, tais como, a formação e capacitação de agricultores, acesso a políticas públicas e os esforços na área de gênero-participação, que visa à igualdade entre as pessoas, sejam pelo sexo, homem ou mulher ou pela faixa etária, jovens idosos, todos são incentivados a atuarem.

Além da questão econômica e social, tem-se a questão da sustentabilidade, ou da capacidade, de desenvolver-se com sustentabilidade. A questão da sustentabilidade dentro do modelo proposto pelos pensadores do cooperativismo solidário. Segundo Rufino Neto e Costa (2010) pode ser entendida como, um desenvolvimento voltado para a melhoria da qualidade de vida para todos os seres humanos no presente e no futuro, levando em conta a diversidade humana em todas as áreas, mas também a preservação dos recursos naturais, sendo que os quesitos apresentados para mostra-se sustentável são: ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito.

O desenvolvimento sustentável tem em sua literatura e em sua prática social questões relacionadas às quais precisam ser compreendidas, como por exemplo, que não há desenvolvimento sustentável sem uma relação articulada e sistêmica entre economia, crescimento social e meio ambiente. Nesse sentido a economia solidária sempre se constrói a partir do local do território, no caso do município, por intermédio da Cresol Singular.

Partindo da ideia de Rufino Neto e Costa (2010) que vê no território um local de moradia dos indivíduos e que qualquer visão de desenvolvimento precisa necessariamente garantir e ampliar as condições da vida no campo, a agricultura familiar na perspectiva da economia solidária deve procurar um desenvolvimento agrícola tecnológico que tenha como eixo a ética, o respeito à vida humana e ao meio ambiente. Por isso o cultivo da terra e o sustento que se tira dela ocorrem numa perspectiva ampla do ponto de vista em que o agricultor através dos créditos e da relação cooperativada tenha rendimentos, mas que a contrapartida seja a produção de alimentos mais saudáveis, de práticas de respeito do solo e das águas e de benefícios contratuais ao adquirir o acesso ao crédito.

Essa reflexão nos faz constatar que não há desenvolvimento sustentável sem proteção do meio ambiente e o cooperativismo de crédito solidário tem isso como valor. A aplicação de uma visão econômica solidária significa interagir diretamente com os agricultores melhorando a vida na própria propriedade e construindo junto com as unidades familiares novos olhares sobre as tecnologias agrícolas e o respeito à natureza em especial, as fontes de energia não renováveis. RUFINO NETO E COSTA (2010).

De acordo com Cresol (2014) a cooperativa criou dentro do seu sistema, grupos temáticos, programas e mesmo critérios para financiamento que busca uma conscientização e concretização de uma prática das partes da instituição e seus associados que o olhar agroecológico se estabelece em todas as relações sociais da cooperativa, seus associados e o mercado. A Cresol sempre visa um produto que seja econômica e socialmente viável, mas também e fundamentalmente ecologicamente sustentável.

4.2 GESTÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Ao conceituar administração, faz-se necessário uma abordagem de diferentes pontos de vista, de vários autores, atuantes neste ramo. Segundo Chiavenato (2003) a tarefa de administrar é fazer com que a máquina administrativa funcione com eficiente por meio das pessoas que conduzem a mesma, esse conceito segue ainda reforçado por Stoner e Freeman (1995, p. 04) frisando que: “A administração é o processo de planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos membros da organização, e de usar todos os recursos disponíveis da organização para alcançar os objetivos estabelecidos.”

De acordo com Hampton (1983), uma vez que as pessoas se combinam para atingir um determinado objetivo, elas criam uma organização, com a capacidade de produzir maior quantidade do que apenas uma pessoa isoladamente. Se esta organização cresce ou não, isso dependerá única e exclusivamente da sua capacidade de utilizar corretamente os seus recursos, trabalho que envolve a combinação e direção dos recursos necessários, para alcançar os objetivos específicos da organização.

Em seus estudos sobre o papel do administrador, Bittencourt e Abramovay (1997), recomendam a necessidade desse profissional nas cooperativas, para o sucesso da organização. Esses aspectos justificam a importância da realização dessa pesquisa, afirmando que o cooperativismo possui uma longa história de lutas e desafios, visando promover a inclusão social dos pequenos e médios produtores, na maioria, produtores da agricultura familiar, promovendo aos mesmos, melhores oportunidades de mercado e acesso ao crédito.

Ziger (2010) por sua vez, afirma que as Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar são gerenciadas pelos próprios agricultores associados. Essa autogestão proporciona um maior envolvimento dos cooperados no negócio, ampliando seu horizonte de conhecimento.

Ainda, Ziger (2010) enfatiza, que outra fórmula de contribui para o desenvolvimento local é a descentralização das decisões, primando pela independência local e apoio a formação de cooperativas singulares para que ela realmente faça diferença no município onde está inserida. Com a horizontalização,

envolvemos mais pessoas na gestão do Sistema como um todo e a decisão é levada para mais perto do cooperado.

O mais importante na gestão é a maneira como ela é implementada, tanto na unidade de produção familiar, quanto na cooperativa, podemos optar por uma forma de gestão centralizada no chefe de família ou no presidente da cooperativa, na qual a análise das situações, o estudo das possibilidades, as escolhas e as decisões estão centralizadas em uma ou poucas pessoas. Neste caso, tanto os membros da família, quanto os associados da cooperativa não se sentem parte integrante e comprometidos, caracterizando-se um método não educativo e não democrático. INFOCOS (2009, p.89)

A Cresol promove um sistema de cooperativismo através de uma rede de cooperativas juntamente com uma rede de agricultores familiares de maneira complementar, consolidando importante ator organizativo social que busca principalmente o controle social e auto gestão; sustentabilidade financeira e social; organização em rede.

De acordo com Basso (2010) reflete que o processo de gestão da Cresol Baser contempla um conjunto de práticas participativas que possibilitam colocar em interação os diretores, colaboradores e quadro social em distintas modalidades.

Dalla Riva(2010), afirma que a função desempenhada pelo diretor ou administrador também exige habilidades de comunicação para informar, orientar e demonstrar, independente de cada setor. Esta função tem por objetivo entusiasmar, motivar e guiar os colaboradores a realizarem sua tarefa.

De acordo com Infocos (2009), outro aspecto que identifica o cooperativismo solidário, é a formação de bases regionais, que ligam as cooperativas singulares a central e respondem também pela formação, contábil e controle. Além disso, as bases reforçam a ideia de interação solidária, na qual as responsabilidades e o resultado são compartilhados entre seus membros.

A cooperação enquanto concepção institucional tem uma dupla relação de interesses sociais e econômicos, essa definição contribui para o entendimento da forma de gestão organizacional, entre vários ramos cooperativistas, bem como define normas e regras de conduta e valores, como os princípios cooperativistas. Essas teorias cooperativistas se dão a partir de estudos a de organização dessas classes trabalhadoras em busca de melhoria das condições sociais e econômicas.

Para Araújo (2007) a cooperativa tem que ter a convicção de que para se consolidar e desenvolver deve partir de objetivos empresariais e princípios éticos

precisos que sejam compartilhados pelos membros do Conselho de Administração e Fiscal e os funcionários.

De acordo com Dalla Riva (2010) outro diferencial das cooperativas de crédito é a autonomia nas políticas de gestão, que possibilitam atuar de forma diferente em cada situação, dependendo da necessidade de seu associado, facilitando recursos e modalidades de crédito para custear sua produção.

4.3 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO NA BASE FRONTEIRA

Foram analisados nesse espaço os dados coletados em campo relacionados à pesquisa sobre a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária, Base Fronteira. Ressaltando aspectos relativos à atuação da Cresol quanto sua gestão, acesso e uso do crédito e seus reflexos nas unidades familiares como fator de desenvolvimento sócio econômico, procurando aproximar este enfoque dos fundamentos conceituais abordados anteriormente.

A pesquisa de campo iniciou-se com o diagnóstico da Base Fronteira, fez-se necessário e importante, pois se trata da Base regional onde a Singular Ampére esta inserida, a Figura 03 demonstra a área de abrangência da Cresol com relação às Bases Regionais no estado do Paraná em que estão localizadas as cooperativas, PAC's e dividida por Base Regional de atuação.

A Cresol Base Fronteira nasceu em junho de 2006, com sede em Santo Antônio do Sudoeste, atualmente atende nove cooperativas singulares são elas as Cresol Ampére, Cresol Bela Vista da Caroba, Cresol Planalto, Cresol Pranchita, Cresol Realeza, Cresol Santo Antonio do Sudoeste e Cresol Santa Izabel do Oeste, tem por função organizar as demandas oriundas das cooperativas, servindo como elo entre Central Cresol Baser e as Singulares.

Possui caráter jurídico apenas como prestadora de serviços, não visa ter resultados financeiros, buscando promover a interação das singulares, fomentando o crescimento do sistema na região, discutindo soluções e novos produtos.

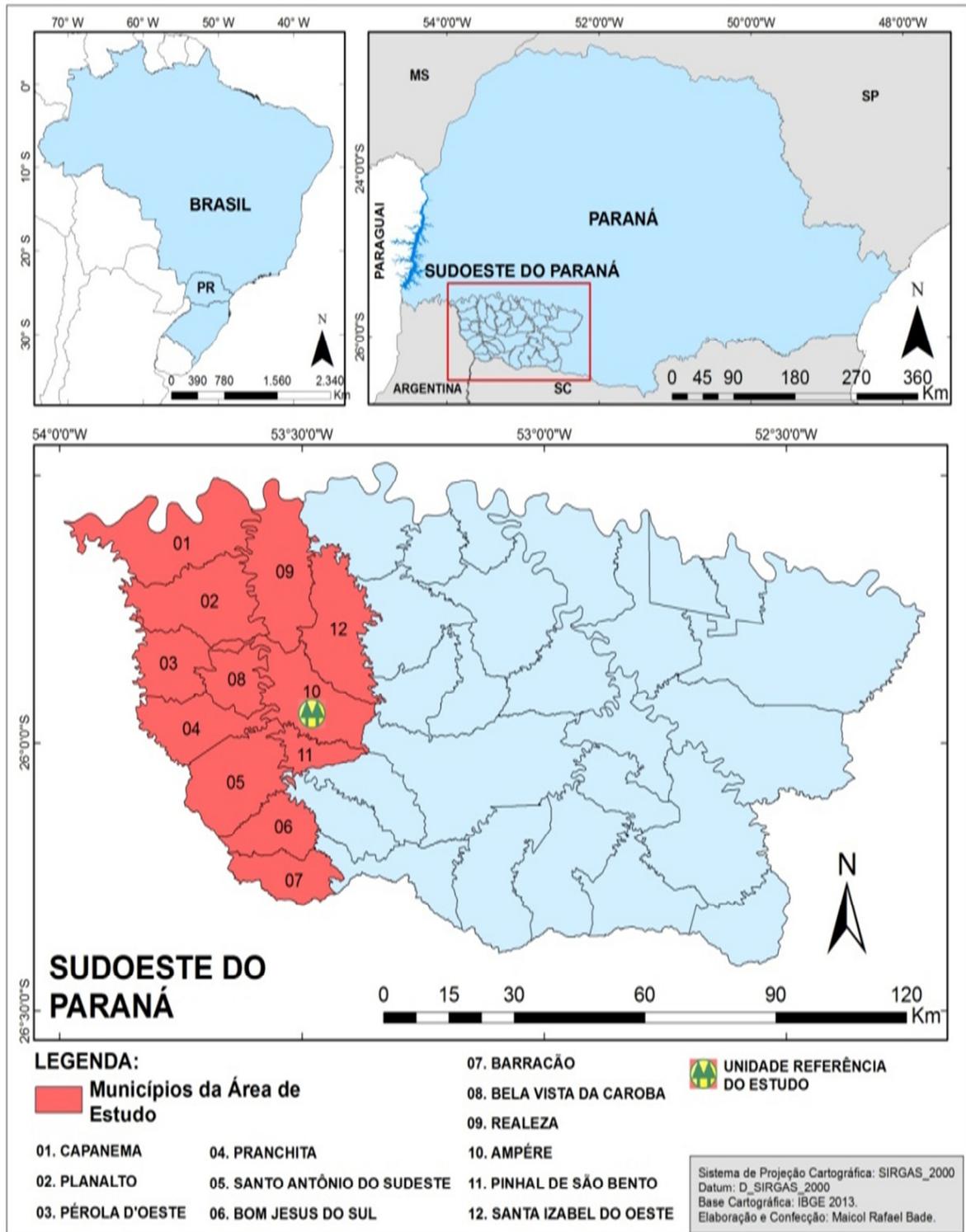
Visando diagnosticar a importância da Base Fronteira em nossa pesquisa, foi realizado em maio de 2014 *in loco* uma entrevista com Sr. Wilson Camargo (2014) Diretor Presidente da Base. Na entrevista, perguntou-se em relação as suas

atribuições, qual sua visão em relação ao desenvolvimento rural, números referentes à participação, acesso aos créditos, serviços ofertados entre outras (apêndice B).

O gestor afirmou que o Sistema Cresol possui uma gestão diferenciada e um conjunto de serviços prestados aos seus associados, são instrumentos que a cooperativa adota para facilitar a vida dos associados. Porém, com o crescimento da cooperativa há uma necessidade de lançar novos produtos e serviços para torná-la mais competitiva, sempre pensando em facilitar a vida dos associados.

Um exemplo apontado por Camargo (2014) são os serviços *on-line* que possibilitam aos usuários ter acesso aos serviços financeiros da Cresol sem a necessidade de deslocamento até a cooperativa.

Figura 3 – Mapa Brasil, Paraná, Sudoeste, Base Fronteira, Singular Ampére



Fonte: Maicon Rafael Bade - IBGE 2013

Referindo-se ao planejamento as metas e os objetivos, ele afirma que como objetivo, a Cresol “visa o crédito como uma ferramenta para promover o desenvolvimento da agricultura familiar, diferente de outras instituições financeiras que emprestam crédito pensando no retorno financeiro que terão”.

O Sistema Cresol almeja o desenvolvimento do crédito, no sentido de contribuir para o desenvolvimento da comunidade, gerando emprego e renda, estimulando a permanência do homem no campo. Quanto a metas afirma que o sistema Cresol, “pretende atender a maior parte dos municípios que possuem como característica principal a agricultura familiar e apóia a formação de novas cooperativas em outros estados e regiões ligadas à luta social”.

Camargo (2014) apontou que o Sistema Cresol, pretende potencializar seus produtos e serviços no sentido de viabilizar o desenvolvimento da agricultura familiar através dos esforços em reunir parceiros para elaborar maneiras em que o crédito seja capaz de gerar o desenvolvimento, sempre pensando na sociedade.

Opinando sobre a relação entre o cooperativismo solidário e a sustentabilidade, ele comenta a busca de novos modelos de produção que incorporem técnicas, discurso e pesquisa para a sustentabilidade, além do modelo de gestão descentralizada que cria maior autonomia às cooperativas singulares e a seus associados.

O Sistema Cresol contribui para o desenvolvimento sustentável através do volume significativo de crédito que distribui, tendo como alvo a produção agropecuária familiar, característica marcante do Sudoeste do Paraná. Além disso, para Camargo (2014) “as cooperativas possuem políticas sociais, como a preocupação com a formação e capacitação de agricultores, habitação, gênero-participação e também contribuição para o acesso a políticas públicas”.

Na sequência da entrevista com auxílio do programa interno das cooperativas denominado Colméia (software que atende às exigências normativas e regulatórias do Banco Central e demais órgãos governamentais, ganhou esse nome “Colméia” porque representa uma comunidade coesa, que trabalha por um objetivo comum, possui tecnologia de ponta e trabalha online interligado com as cooperativas singulares) pode-se levantar a evolução do quadro social no decorrer dos anos das nove singulares atendidas pela Base Fronteira, demonstrados através da Tabela 01:

Tabela 01 – Número de associados das Cooperativas

Singulares	1998	2000	2005	2010	2013
Ampére	23	185	396	1223	1452
Bela Vista		43	280	578	610
Capanema		133	383	820	941
Perola		64	363	777	987
Planalto		224	619	1138	1280

Pranchita		187	513	985	1015
Realeza			195	695	1008
Santa Izabel			292	675	816
Santo Antonio			658	857	1068
Total					9.333

Fonte: Pesquisa de campo 2014

Percebe-se que ocorreu um crescimento contínuo dos associados das “Cresois”, reforçando a missão e visão que salienta a inclusão dos agricultores nos sistemas financeiros. De acordo com Camargo (2014) um dos fatores que pode justificar esse crescimento é a credibilidade que a Cresol conquistou dentro dos municípios de atuação com relação aos créditos liberados, pois até a safra 2007/2008 “o sistema era visto como algo experimental, algo novo no mercado de crédito, após essa fase inicial notou-se que mais agricultores passaram a procurar as cooperativas, visando tornarem-se associados e trabalhar com os recursos destinados ao crédito rural e assim alavancar suas propriedades”.

A respeitabilidade que a Cresol adquiriu entre seus associados está na dinâmica de funcionamento da cooperativa. Dentro de suas estruturas o Conselho Administrativo, eleito entre associados nas singulares, segundo entrevista com Camargo (2014):

Reúne-se uma vez por mês, para coordenar todos os setores de crédito, outras atribuições são fazer cumprir todas as instruções demandas, praticar todos os atos da Gestão, formular os planos anuais, realizar a gestão política da cooperativa, buscar parcerias no município, participar de seminários e reuniões e buscar juntamente com a equipe cumprir as metas do planejamento.

Já o conselho fiscal:

Exerce assídua vigilância sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa inclusive os empréstimos, depósitos e documentos contábeis, examina e apresenta à Assembleia Geral parecer sobre os balanços semestrais, dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões de seus trabalhos e fiscalizar as ações da cooperativa.

Conforme o Infocos (2009), o meio rural não deve ser entendido apenas como um mero exportador de bens primários para os meios urbanos, mas um espaço de diversificação e integração de suas economias. É através deste pensamento de uma agricultura familiar mais diversificada e mais fortalecida que as cooperativas de crédito, em especial o Sistema Cresol nasceu apostando neste

potencial. Não é um benefício apenas para os agricultores, ou para o Sistema Cresol, mas sim, para o Brasil de forma geral, pois a agricultura está fazendo sua parte para o desenvolvimento do país.

Para Búrigo (2007), o papel da Cresol e suas singulares é desburocratizar e facilitar o crédito sempre visto como um instrumento social de garantir o desenvolvimento econômico e ecologicamente sustentável. Esse crédito só tem sentido social se ele servir também de instrumento educativo para os agricultores familiares que através do crédito e da vida em cooperação constituírem entre si uma relação de solidariedade tendo como vínculo a própria cooperativa.

Lannoy (2008) salienta que a Cooperativa Cresol não é apenas uma instituição financeira, mas um instrumento de desenvolvimento local, porque vê o acesso ao crédito como uma ação política que sendo praticada permanentemente trará melhorias para os associados e a população local.

Nesse sentido Camargo (2014) destaca que:

As CRESOIS buscam estar cada vez mais próxima dos associados, pois é desta forma que as pessoas se sentem mais a vontade de expor sua opinião e também entender o contexto da cooperativa e da sociedade. O sistema Cresol tornou-se uma importante alternativa econômica e social, pois colabora no aumento da renda dos agricultores e no acesso às políticas públicas.

As ações da cooperativa auxiliam no aumento da qualidade de vida dos agricultores e de suas famílias, como as políticas de comercialização e de habitação rural, Ater e agentes comunitários de crédito. De acordo com a pesquisa de campo da Base Fronteira, estão apresentados no Quadro 04 os projetos e programas sociais das Singulares Fronteira.

Quadro 04 – Projetos e Programas Sociais da CRESOL

NOME DO PROGRAMA	RESULTADOS
O Programa de Habitação Solidária (Habitasol)- Iniciado em 2004, o programa trabalha em parceria com o Governo Federal visando financiamento de casas de baixo custo e interesse social como: juros baixos, carência e também recurso a fundo perdido.	Ampére: 11 casas em construção; Pinhal: 11 casas aprovadas; Bela Vista da Caroba: 4 casas em construção; Capanema: 35 casas em construção; Perola do Oeste: 13 casas em construção; Planalto: 8em construção; Santa Izabel do Oeste: 4 em construção; Santo Antônio do Oeste: 12em construção.

<p>Programa Gênero e Geração - Programa de Bem Estar Familiar direcionado para os Jovens Mulheres e Idosos da Agricultura Familiar.</p>	<p>Gênero: A média geral das cooperativas filiadas a Base Fronteira, são entre 12 a 15 mulheres, esse grupo trabalha a agregação de valor e renda, reunindo-se todos os meses para a escolha do curso que pretendem se aperfeiçoar.</p> <p>Geração: Um olhar para Futuro: Esse trabalho é desenvolvido nas escolas com turmas do 4º e 5º ano, é um trabalho desenvolvido sobre cooperativismo, cada turma tem uma aula que dura em torno de 1 hora e meia, sendo tratado cada mês um tema diferente voltado ao cooperativismo.</p>
<p>Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito - Os Agentes são agricultores familiares e nas comunidades onde vivem promovem o debate sobre o fortalecimento da Agricultura Familiar como o desenvolvimento local e o controle social.</p>	<p>Cada cooperativa tem em média de 10 a 15 agentes. Esse grupo se reúne a cada 30 dias com associados em suas comunidades para repassar e discutir os projetos desenvolvidos pela cooperativa.</p>
<p>Assessoramento técnico - Os serviços de Ater devem estimular a organização e a capacitação técnica dos agricultores.</p>	<p>Assistência técnica, os projetos de laudos, pré-laudos e assistência ao agricultor.</p>
<p>Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS) - Oferece a públicos distintos, formação em cooperativismo, orientado ao desenvolvimento sustentável e solidário. Atua junto ao quadro social e de diretores e funcionários das cooperativas oferecendo cursos de capacitação, educação e pesquisa.</p>	<p>Diretores: todos os eleitos passam por um processo de formação antes da eleição e durante o mandato.</p> <p>Colaboradores: Curso de integração de novos colaboradores.</p> <p>Curso Online: O sistema Cresol possui em sua grade de formação curso voltado totalmente em sua área, o ambiente virtual moodle permite que os funcionários estudem em casa.</p> <p>Pos graduação: em parceria com a Universidade Estadual do Centro Oeste foi desenvolvida uma pós graduação a distância específica para o sistema Cresol.</p>

Fonte: Adaptado pela autora 2014

4.4 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO NA CRESOL AMPÉRE- PR

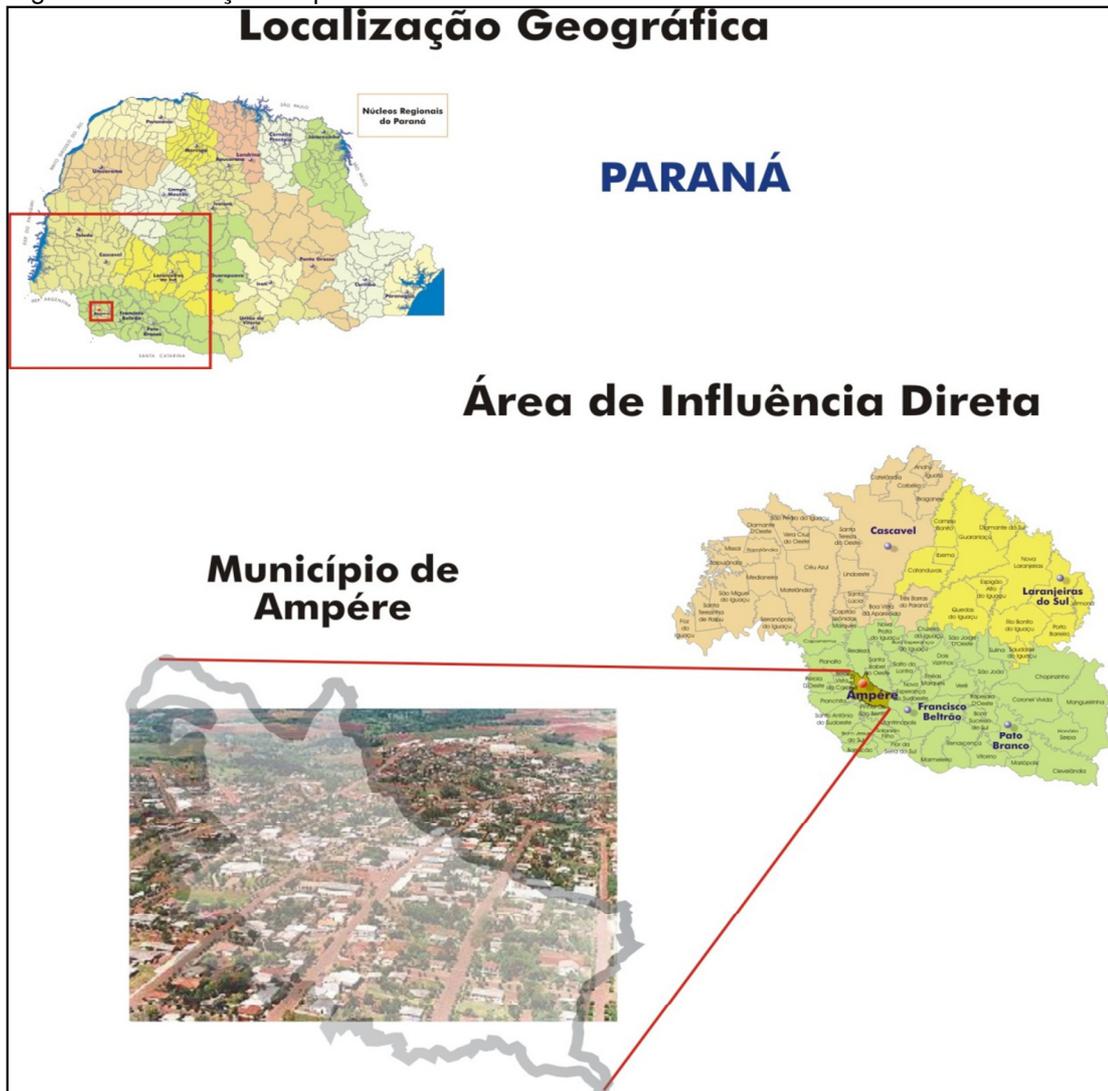
Segundo o IBGE (2006) a região Sudoeste do Paraná é caracterizada, como região de produção agrícola, destacando-se na produção de grãos (milho, soja, feijão e trigo). 75% das propriedades rurais da região sudoeste paranaense possui até 20 hectares e, 94% com áreas inferiores a 50 hectares. O Município de Ampére foi colonizado por imigrantes vindos do sul do Brasil (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e dos países de fronteira (Argentina e Paraguai).

A população de Ampére é de 17.623 habitantes, possui uma posição geográfica singular, pois se localiza no eixo central entre os municípios de sua região e está próxima à divisa do Estado de Santa Catarina e fronteira com a Argentina. Esta posição faz com que Ampére seja vista como uma porta de entrada para o MERCOSUL e é também considerada como um polo econômico e industrial do Sudoeste do Paraná, destacando-se nos setores de agricultura, pecuária, indústria e serviços.

Além das indústrias destaca-se também na produção das culturas de fumo, mandioca, milho e soja, bem como a criação de bovinos, suínos, ovinos e equinos. Atividades responsáveis pela economia da região. A sericultura, fruticultura e agroindústria são atividades que vêm crescendo no município, podendo vir a serem atividades de destaque, a agricultura representa hoje 30% da produção de Ampére.

O município de Ampére localizado na região Sudoeste do Estado do Paraná a 558 Km da capital Curitiba integra uma associação composta por 42 municípios (AMSOP); com posição geográfica estratégica já que se localiza no eixo central entre os municípios. Limita-se ao Norte com os municípios de Santa Isabel do Oeste e de Realeza; ao Sul com os municípios de Santo Antônio do Sudoeste, Pinhal São Bento e Manfrinópolis; ao Leste com os municípios de Francisco Beltrão e Nova Esperança do Sudoeste e ao Oeste com os municípios de Planalto, Pérola d'Oeste, Bela Vista da Caroba e Pranchita. Está a 40km da divisa de Santa Catarina e da Argentina. (IBGE, 2013). Conforme ilustra a Figura 04:

Figura 4 -Localização Ampére – PR



Fonte: IBGE (2013)

4.4.1 Processo de Fundação da CRESOL Ampére

Com relação ao processo de fundação da Cooperativa, foram usados como fontes Livros Atas, Relatórios e entrevistas, a partir dessas fontes constatou-se que a Cresol Ampére surgiu da necessidade dos agricultores familiares em acessar linhas de crédito de valores menores que eram fornecidos pelos bancos tradicionais. Na época o principal banco fornecedor de crédito agrícola era o Banco do Brasil que, não objetivava acessos para pequenas propostas ou ainda criava muitos entraves burocráticos para o uso do crédito bancário dificultando o acesso a cooperativa.

De acordo com a entrevista com o presidente da Cooperativa Cresol de Ampére Sr. Neumeister (2014) após muitas visitas em outras cooperativas para observar o funcionamento, Aldevino Conci, responsável pela iniciativa de instituir

uma cooperativa de crédito em Ampére, reuniu trabalhadores que eram associados do sindicato e outras pessoas para fundar a Cresol. Através da Ata de Fundação da Cresol em 1998 “A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Ampére foi constituída no dia 30 de novembro de 1998” onde 23 pequenos agricultores rurais dos municípios de Ampére, Pinhal de São Bento e Santa Izabel do Oeste se reuniram para dar início às atividades são eles: Enio José Bianchini, Lino Urbano Cesca, Enzo Roberto Grandó, Marilene Maria Sotoriva, Mauri José Backes, Osvaldo Broca, Gilmar Otavio Câmera, Luiz Osório Felix da Silva, Camilo Vanseto, Leandro Portela da Luz, Nelson Luiz Gregol, Doralino Faenelo, Luiz Batista, Arestides Ivos, Martim Francisco Gregol, Darci Gregol, Gentil Biazin, Marcelo Cezar Grandó, Fiorindo Tiodosio Corassa, Estanislau Przyvara, Elenir Salete Bianchini de Souza, Felisbertino de Souza e Deoclécio de Albuquerque.

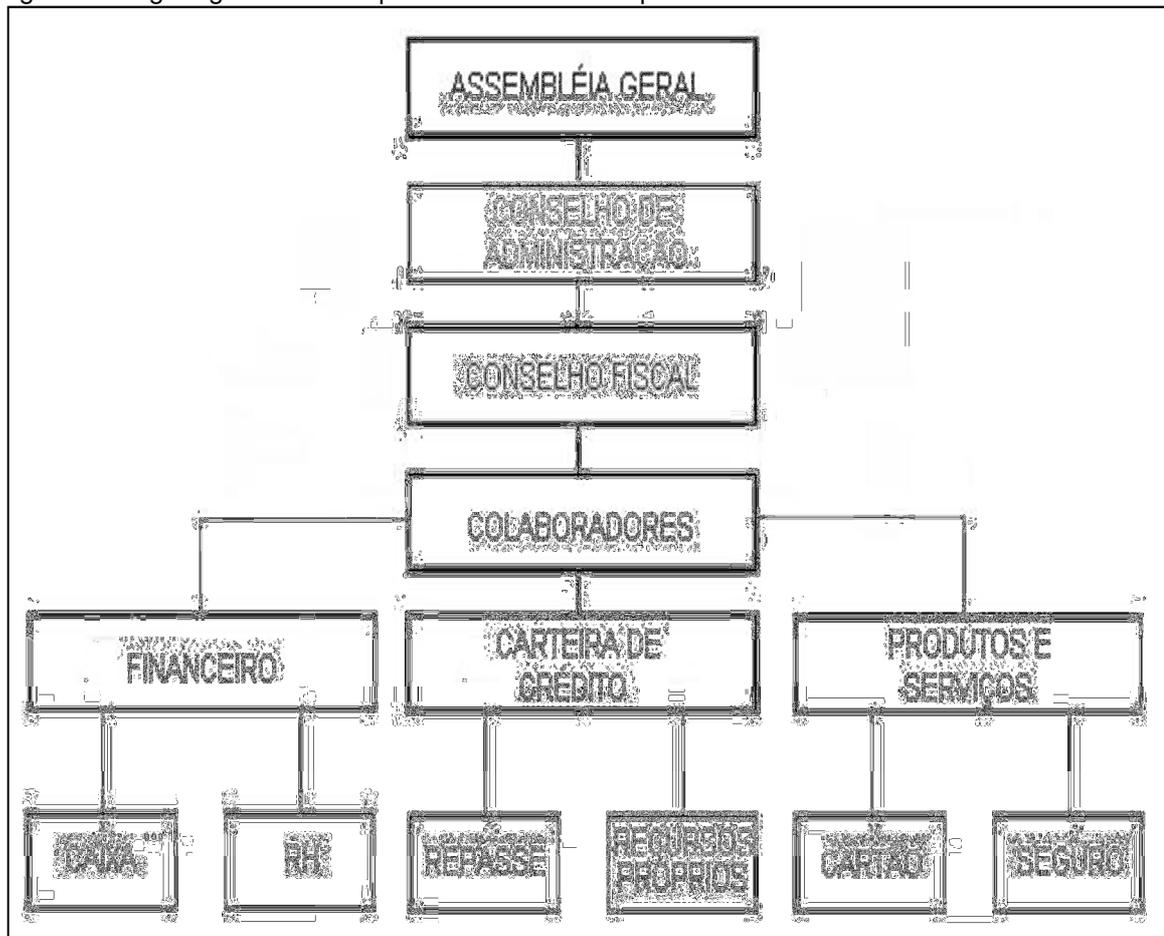
A partir de então, de acordo com a ATA FUNDAÇÃO “Foi elaborado o Estatuto Social onde está descrito todo o regulamento da Cooperativa e do associado e seu regimento interno que são as normas a serem obedecidas”.

Suas atividades iniciaram no prédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ampére, o atendimento aos cooperados era realizado por dois funcionários e um diretor, no qual os produtores faziam a movimentação em conta corrente, aplicação e empréstimo pessoal, dois anos depois começou a liberação de recursos oficiais como o PRONAF custeio e o PRONAF investimento. Com auxílio da Cresol Baser, em busca de recursos com bancos como Banco do Brasil, BNDES, BRDE, Banco Safra, a Cresol aumentou o quadro social e a busca de acesso ao crédito.

No ano de 2008 devido ao aumento do quadro social e para melhorar o ambiente físico com mais espaço a cooperativa instalou-se no centro de Ampére, contando com cinco funcionários e um diretor, atualmente a equipe é composta por um diretor liberado e sete colaboradores.

A Figura 05 demonstra como está estruturada a Cresol Ampére

Figura 5 - Organograma da Cooperativa CRESOL Ampére



Fonte: Pesquisa de campo 2014.

Como se pode observar a estrutura do organograma da Cresol Ampére segue o modelo de outras cooperativas, observa-se a partir que ao contrário de uma instituição tradicional existe uma inversão dos postos decisórios que no caso da cooperativa é a Assembleia Geral formada pelos associados que tem poder de voto e veto e todas as decisões da instituição.

4.4.2 Evolução do quadro social e sua participação nas Assembleias Gerais

A Cooperativa Cresol Ampére trabalha em busca de novos sócios através da divulgação em programas de rádio, trabalhos dos agentes nas comunidades com reuniões e apresentando os produtos e serviços disponíveis na cooperativa. Essas ações têm se mostrado eficiente visto que se observou durante a pesquisa em Relatório Anual de 2014 que houve uma evolução no quadro de sócios. Na Cresol

Ampére em 1998 existiam 23 sócios; em 2000 185 sócios; em 2005 396 sócios, em 2010 1223 sócios e atualmente 2013, 1452 sócios.

Como acima apresentado, no ano de 2010 ocorreu um aumento significativo no quadro social, resultado da abertura do Posto de Atendimento ao Cliente (PAC), no município de Pinhal de São Bento, onde foi realizado um trabalho voltado à busca de novos sócios, mantendo um bom crescimento no ano de 2011.

Na entrevista com Neumeister (2014), foi possível obter-se os dados de participação nas assembleias gerais da Cresol Ampére. Em 1998, participaram 30 pessoas; em 2000, participaram 44; em 2005, participaram 170; em 2010 participaram 454 e em 2013, participaram 439. Apesar do elevado número de participação entende-se por esses dados que a média de sócios por assembleia nunca chegou a 50% dos sócios cooperativados, portanto, há espaço para o crescimento da participação ativa dos sócios nas decisões da instituição, principalmente, nas assembleias gerais momento mais importante da vida da cooperativa.

Como foi visto em secção acima a Assembleia Geral Ordinária realiza-se, obrigatoriamente, uma vez por ano, no decorrer dos três primeiros meses após o encerramento do exercício social. No entanto a Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário para decidir sobre qualquer assunto de interesse dos associados e da Cooperativa.

A Assembleia seja ordinária ou extraordinária é o órgão supremo da Cooperativa é convocada e dirigida pelo presidente, podendo também ser convocada pelo Conselho Fiscal. A ela pode ser realizada sempre que necessário para decidir sobre qualquer assunto de interesse dos associados e da Cooperativa, desde que solicitada por escrito e que a solicitação seja encaminhada ao Conselho Fiscal ou de Administração.

A partir da constatação feita pela pesquisa de campo de que uma parcela significativa, de associados não participam das Assembleias Gerais, Neumeister (2014), reconhece que “essa participação poderia ser maior, o mesmo também observa que nem a metade dos associados participam, e que na maioria das vezes justificam sua ausência por falta de tempo a logística.”

A Tabela 02 demonstra o percentual de participação do quadro social na AGO.

Tabela 02 - Tabela de percentual de participação do quadro social em AGO.

Ano /AGO	Total do quadro social	Nº de sócios participantes da AGO	% Sobre o total de sócios
2006	669	263	39,31
2007	757	230	30,38
2008	904	366	40,49
2009	991	422	44,60
2010	1.188	454	38,13
2011	1.223	472	38,59
2012	1.357	497	36,62
2013	1.452	439	30,23

Fonte: Livro de presença em AGO de associados da Cresol Ampére e livros Razão referente aos anos 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 -Adaptado pela autora.

Mesmo com a baixa participação dos sócios em assembleias gerais Neumeister (2014) afirma que a Cresol Ampére, possui um bom relacionamento com a maioria de seu quadro social e sempre busca manter ao máximo essa harmonia entre diretores, colaboradores e quadro social, conclui que “esta forma de administrar é de grande importância, por não estar centralizado em uma única pessoa e sim, são várias pessoas envolvidas, todas dão sua opinião.”

Nas assembleias são realizadas atividades com os associados, propiciando aos mesmos um momento de interação e descontração, seguido do sorteio de prêmios aos presentes, estas atividades estimulam a participação nas AGO e também torna o ambiente mais agradável o que fortalece os vínculos com o quadro social. Po exemplo na AGO de 2009 foi feito uma dinâmica com o balões, dentro de alguns destes estavam pequenos papéis que surpreendiam os sócios com brindes oferecidos pelas lojas credenciadas ao cartão Cresol, estes momentos representam um diferencial nas assembleias e a descontração que é proporcionada expressa aos sócios a preocupação que a cooperativa Cresol Ampére tem com o bem estar do quadro social que se fez presente.

Como cita Marucci (2010), a participação dos associados na cooperativa deve ser estimulada com ambientes e instrumentos que possibilitem a eles que se expressem e sejam ouvidos. Assim, desenvolve-se o senso de pertencimento, e propriedade e de capacidade de influenciar os rumos da cooperativa.

A Figura 06 ilustra um desses momentos de descontração do quadro social em uma assembleia.

Figura 6 – Descontração do quadro Social em uma Assembléia



Fonte: Arquivo CRESOL Ampére, 2014

4.4.3 Gestão da Cooperativa CRESOL Ampére

Com relação à dinâmica de atuação da gestão da Cresol Ampére, através da pesquisa com seus gestores observa-se que seguem os mesmos passos das demais cooperativas de crédito, são regidas pelas mesmas normas, as quais são administradas pelo Conselho Administrativo, que se reúne ordinariamente uma vez por mês e em caso de necessidade, extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias. Estas reuniões são necessárias devido à constante aprovação de crédito para proposta dos Custeios.

O Conselho Fiscal é responsável por fiscalizar todos os documentos e transações da cooperativa. Suas reuniões são mensais e os fatos encontrados com inconsistência são relatados em ata, a qual o Conselho Administrativo terá a responsabilidade de tomar as decisões cabíveis para a regularização. A atuação do Conselho Fiscal auxilia a cooperativa quanto às auditorias anuais, que também verificam se a documentação está de acordo com as normas, o conselho mostra-se

muito atuante e sempre buscando executar seu trabalho da forma correta visando o bom andamento da cooperativa.

Um diferencial na gestão e ressaltada por Neumeister (2014) é a preocupação com a sucessão das unidades familiares, ele frisa que como o município de Ampére/PR é um pólo industrial muito forte, parte dos jovens filhos de agricultores sócios da Cresol, ao completarem 18 anos começam a trabalhar nas indústrias moveleiras e de confecções instaladas na cidade, o que reflete na falta de mão de obra na propriedade agrícola que passa a ter o fim de apenas moradia.

Conforme Infocos (2008, p.26), existe atualmente a chamada “Nova Ruralidade”, na qual as pessoas dividem seu tempo com trabalhos nas cidades e em atividade na propriedade rural, complementando a renda mensal. Visando atender essa nova realidade, no ano de 2005, a cooperativa aprovou em estatuto que os filhos de agricultores sócios da cooperativa e os aposentados que comprovarem ter exercido atividades agrícolas poderiam ser sócios da Cooperativa.

Segundo Neumeister (2014) o fato acima gerou uma preocupação em atender um público diferenciado, que tem disparidade de necessidades, tornando-se um desafio atenderem ao mesmo tempo associados com realidades e interesses diferentes.

O gestor salientou também à importância da satisfação de seus associados, para isso, foi deixado em lugar visível na cooperativa uma caixa para sugestões e críticas, na qual o associado ficará à vontade para expor sua opinião. Várias mudanças são implantadas levando em consideração sugestões deixadas na caixa, como por exemplo: redução do tempo de espera e agilidade nos caixas, através de horários diferenciados dos colaboradores. Ainda o mesmo destaca outro desafio das Cooperativas de Crédito nos dias atuais que é o desconhecimento dos valores e da importância da movimentação das contas por parte de seus associados, muitas vezes o associado não movimenta com a cooperativa por não entender seu funcionamento “É normal ouvir a comparação de cooperativas de créditos com outros bancos, pela semelhança de seus produtos e serviços”.

Neumeister (2014) ressalta que as cooperativas de crédito diferenciam-se dos bancos por serem instituições sem fins lucrativos, no qual as sobras/perdas do exercício são destinadas aos associados. Muitas pessoas pensam que a Cresol é uma extensão do Banco do Brasil, que possui os mesmos produtos e serviços, pois

tem convênios e repassa as linhas de empréstimos como o PRONAF via Banco do Brasil.

Bittencourt (2001) afirma que as cooperativas de crédito prestam basicamente os mesmos serviços fornecidos pelos bancos:

[...] financia a produção e os investimentos, cobra contas, fornece talão de cheques e opções de aplicações para seus associados. Por outro lado, é diferente de um banco, pois seus proprietários são os seus clientes, não precisando ter lucro para funcionar, bastando ser remunerado o suficiente para saldar suas próprias contas. Seus custos são rateados entre o quadro social na forma de juros e de pequenas taxas, assim quanto menores forem os custos da cooperativa, menores podem ser os juros e as taxas cobradas por estas. (p. 23).

Bittencourt (2001) ressalta ainda que pode destacar diferenças em relação aos bancos, tais rendimentos são apropriados pelos donos, constituindo lucro, nas cooperativas de crédito as taxas são menores e, quando existem sobras, são divididas entre os associados ou é utilizado para a capitalização da cooperativa, por meio da elevação do valor da cota capital dos associados. Contudo, destaca-se o baixo custo operacional das cooperativas, devido à sua menor estrutura física e de pessoal, elas podem fornecer empréstimos com juros abaixo do praticado pelos bancos e ainda remunerar as aplicações de seus associados com taxas superiores às do mercado.

4.4.4 Descrição dos Produtos e Serviços

Com relação aos programas sociais, a Cresol Ampére fornece a habitação rural, com recursos subsidiados pelo Governo Federal e outra parte financiada pela Cresol com parcelas mensais ou anuais com taxas de juros acessíveis, possibilitando às famílias adquirir moradias adequadas.

Ainda como prática social conta com o programa Gênero e Geração, que busca a inclusão social, entre as famílias com a participação de homens e mulheres, cujo objetivo é de criar políticas públicas voltadas às mulheres e jovens, oportunizando a geração de renda, lazer, garantindo o desenvolvimento sustentável.

Visando aumentar a participação dos sócios, os dirigentes trabalharam para conseguir mais recursos vindos do Governo Federal, por ser recurso subsidiado e

mais acessível ao agricultor. No ano de 2004, o Sistema Cresol conseguiu através de leilões o financiamento para casas nas propriedades rurais através do Programa de Habitação Rural (PSH). Com parte do dinheiro vindo do Governo Federal a fundo perdido e outra parte financiada pela Cresol Ampére, em 72 meses, aproximadamente 50 famílias conseguiram fazer suas casas.

Além de melhorar o conforto familiar, o projeto dá aos cidadãos que vivem no campo mais dignidade e igualdade com exemplo refletido na Figura 07

Figura 6 - Programa PSH, comunidade de Linha Santa Inês – Ampére/PR, ano 2005



Fonte: Arquivo CRESOL – antes e depois. 2014

Segundo Neumeister (2014) a Cresol Ampére estabeleceu compromissos com a inclusão social e o desenvolvimento local sustentável, entre outras atividades que ela desenvolve pode-se identificar o Projeto de Inclusão Social – ATER Assistência Técnica e Extensão Rural, o qual tem como objetivo mostrar ao agricultor as diversas formas de agregar valor aos produtos produzidos na propriedade.

De acordo com Neumeister (2014), foram realizadas inicialmente em todas as comunidades do município reuniões com famílias dispostas a trabalhar com o programa ATER. Em algumas dessas comunidades os responsáveis pelo programa enfrentaram dificuldades quanto à credibilidade, pois a promessa de acompanhamento das famílias não foi bem aceita. “Para a Cresol Ampére, foi um grande desafio, pois além de disponibilizar recursos financeiros e humanos para as visitas, também se dispôs a financiar as propriedades em acompanhamento mesmo com rendas baixas”. A Figura 08 ilustra uma das reuniões realizadas pra esclarecimento do programa ATER.

Figura 8 – Reunião Projeto ATER



Fonte: Arquivo CRESOL. 2014

Segundo relato de Neumeister (2014):

O Sistema CRESOL está muito preocupado também com a educação dos associados e componentes dos Conselhos Administrativos e Fiscais com relação ao cooperativismo, para isso são realizados cursos semanais com associados que desejem participar, tanto para adquirir conhecimento, como para participar de algum conselho futuramente.

De acordo com Oliveira (2011), a qualificação e a preparação das lideranças, influenciam diretamente na “catalisação e orientação” dos recursos, humanos, financeiros, patrimoniais, sociais e intelectuais e também no direcionamento aos objetivos e metas da cooperativa.

No entanto, verificou-se analisando as entrevistas realizadas com os associados à necessidade de que as pessoas que estão à frente da administração das cooperativas, sejam elas, diretores, funcionários/colaboradores ou pessoas que estejam ligadas à cooperativa e um dia possam chegar a fazer parte de um dos conselhos que adquiram conhecimentos básicos sobre administração, podendo realizar suas atividades com maior facilidade e eficiência.

4.4.5 Circulação Financeira

Com relação à circulação financeira, no que se refere aos créditos, também como foco da pesquisa, a Cresol Ampere oferece aos cooperados linhas de crédito de PRONAF investimento e custeio. O PRONAF foi criado pelo Governo Federal em 1995, com o objetivo do fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar, de forma a proporcionar aumento de renda, agregando valor ao produto e à propriedade, com a modernização do sistema produtivo e a valorização dos agricultores familiares.

De acordo com o BNDES (2012) os beneficiários do PRONAF são os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da 'Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP'. Para comprovarem seu enquadramento, a DAP deve estar válida. Também, os beneficiários devem obedecer alguns requisitos como, ser exploradores de parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou permissionário de áreas públicas, além disso, devem residir na propriedade ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais e não devem dispor de qualquer título de área superior a quatro módulos fiscais.

O produtor deve também obter, no mínimo, 50% da renda familiar da propriedade da exploração agrícola, ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até dois empregados permanentes, ter obtido renda bruta anual familiar nos últimos doze meses que antecedem a solicitação da DAP de até R\$ 160.000,00 incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídas os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

A DAP segundo Souza (2010, p.45) pode ser “fornecida por entidades credenciadas junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)”. Em Ampere e municípios vizinhos os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), são entidades que auxiliam na obtenção da DAP. A Tabela 03 demonstra as principais linhas de crédito de PRONAF trabalhadas pela Cresol Ampere:

Linhas de crédito de Pronaf investimento	Taxas de juros %
CONVENCIONAL	Até R\$ 10.000,00 juros de 1% ao ano; De R\$ 10.000,01 a R\$ 50.000,00 juros de 2% ao ano.
MULHER	Até R\$ 10.000,00 juros de 1% ao ano; De R\$ 10.000,01 a R\$ 50.000,00 juros de 2% ao ano.
MAIS ALIMENTO	Até R\$ 10.000,00 juros de 1% ao ano; De R\$ 10.000,01 a R\$ 130.000,00 juros de 2% ao ano.

.Fonte: Central Cresol Baser, 2011.

Em seguida pode-se verificar as taxas de juros do PRONAF Custeio trabalhadas pela Cresol Ampere e são determinados pelo governo em cada ano safra.

Tabela 04 – Taxas de juros do Pronaf custeio operacionalizadas pela Singular Cresol Ampere.

Valor financiado	Taxa de juro %
De R\$ 0,00 até R\$ 10.000,00	1,5 % a.a
De R\$ 10.000,01 até R\$ 20.000,00	3,0 % a.a
De R\$ 20.000,01 até R\$ 80.000,00	4,0 % a.a

Fonte: Central Cresol Baser, 2011.

Segundo Schneider (2004, p.6) “a especialização produtiva gerada pelo PRONAF é a situação em que o agricultor familiar é levado, pela política pública, a plantar o que foi financiado” Ou seja, historicamente é mais fácil para as instituições bancárias, por tradição de financiamento e de operacionalização realizar essa ação.

A cooperativa de crédito Cresol Ampere disponibiliza também aos seus cooperados várias linhas de empréstimos de recursos próprios, incluindo linhas para automóveis, residências, bem estar familiar, agroindústrias e melhoramento da propriedade familiar.

Tabela 1 - Descrição dos empréstimos com recursos próprios.

Descrição	Taxa de juros
Empréstimo pessoal	2,87 % a.m.
Bem estar familiar	2,3 % a.m.
Residência	1.6 % a.m.
Reforma e aquisição de automóveis	1.6 % a.m.
Custeio e investimento pecuário	2.03 % a.m.

Fonte: Central Cresol Baser, 2011.

Os recursos próprios, adquiridos pelo cooperado visam à compra de mobília, para o bem estar familiar. Por meio dos planos para residência, adquire-se recursos para reforma, construção de casa e despesas com mão de obra. Outra modalidade de empréstimo oferecida é para a reforma e aquisição de automóveis. Além disso, a cooperativa dispõe do capital de giro o que possibilita o associado pegar um empréstimo para pagar suas despesas em geral ou pagar uma determinada dívida. Trabalha-se com empréstimo para custeio de lavoura, plantio de milho e soja, custeio pecuário e recuperação de pastagens.

Na área de investimentos, financiam, por exemplo: resfriadores, estábulos, rebanho bovino, ordenhadeiras. Possui também o investimento do Programa Mais Alimento que é destinada à compra de maquinários para trabalho agrícola, toda função do crédito é proposta para que os agricultores permaneçam na agricultura com melhores condições para a propriedade.

Para o cooperado obter um empréstimo na cooperativa, é necessário ter integralizado cotas partes na associação cooperada. No caso da Cresol Ampére, o associado pode retirar em empréstimos dez vezes o valor da cota.

Volles (2009) frisa que todo o crédito liberado pela cooperativa deve ser concedido ao cooperado que realmente precisa da operação sendo que o valor esteja nas condições que ele possa pagar que deve ser analisado de acordo com a situação individual do cooperado, caso contrário essas liberações põem em risco o cooperado e a cooperativa.

Sendo assim a cooperativa conta com o comitê de crédito que tem por finalidade segundo Volles (2009, p.36)

[...] analisar e dar parecer técnico sobre as operações de crédito que lhe sejam efetuadas, conforme respectiva alçada de liberações. A importância do papel desempenhado pelo comitê de crédito se fundamenta na segurança com que as operações de crédito serão firmadas, uma vez que o órgão colegiado possui condições de realizar análise detalhada da capacidade de endividamento do cooperado, do histórico do cooperado na cooperativa e da capacidade de empréstimo da cooperativa.

Ainda de acordo com Volles (2009), o comitê de crédito dentro da cooperativa singular é composto por um diretor liberado, um analista de crédito e um funcionário que trabalha na carteira agrícola ou em cooperativa que tenha um

técnico agrícola que faz parte do comitê. Após a análise das operações de crédito do cooperado tudo deve ser relatado em livro ata.

A Cresol Ampére tem como fonte de recursos o BNDES, BRDE e BB, para atuarem nas linhas de crédito rural. Essas instituições são as que repassam os montantes para que a cooperativa possa distribuir os recursos para os agricultores associados que necessitam de recursos para melhor viabilizar seus projetos em suas unidades produtivas.

A Tabela 06 demonstra, de acordo com o sistema interno da cooperativa (Colmeia), os valores dos recursos oficiais repassados para a Cresol pelas principais instituições financeiras.

Tabela 06 – Recursos repassados a Cresol

Banco	RECURSOS OFICIAIS REPASSADOS A CRESOL			
	2000	2005	2010	2013
Banco do Brasil			309.915,21	542.460,09
BNDES	50.240,00	127.000,00	2.119.091,40	4.699.275,00
BRDE		150.700,00	58.000,00	266.100,94
Total	50.240,00	277.700,00	2.487.006,61	5.507.836,03

Fonte: Dados compilados de pesquisa Colméia (2014)

Observou-se, que com o passar dos anos houve um aumento significativo dos valores totais disponíveis na cooperativa por intermédio das instituições financeiras. Os associados buscam a cooperativa para realizar seus custeios e investimentos, tendo em vista que ela desenvolve uma política menos burocrática nas liberações, com juros acessíveis e um acompanhamento técnico diferenciado. A partir dos dados acima expostos, é visível que o maior montante disponível para a cooperativa, é por meio do BNDES, pois a instituição de acordo com o site do BNDES realiza seus repasses em curto prazo, proporciona menor burocracia quanto às exigências de documentações e por haver remuneração em benefício da cooperativa em relação ao valor repassado.

A Tabela 07 demonstra os montantes de créditos (R\$) disponibilizados pela Cresol Ampére para cada finalidade.

Tabela 07 – Repasses na Cresol

R\$ REPASSES NA CRESOL

	2000	2005	2010	2013
Custeio	35.124,00	158.908,76	1.086.429,90	2.937.741,16
Investimentos	51.520,00	118.791,24	1.086.429,90	1.987.634,78
Recursos próprios	90.646,00	919.782,00	2.773.904,00	3.954.415,00
Total	142.166,00	1.197.482,00	4.946.763,80	8.879.790,94

Fontes: Dados compilados de Colméia 2014.

Percebe-se um crescimento contínuo dos repasses de crédito para custeio, investimento e recursos próprios aos cooperados. Esse crescente aumento da procura por crédito para investimentos nas propriedades pode ser considerado um sinal positivo, uma vez que o objetivo da CRESOL é apoiar os pequenos agricultores que até então eram excluídos pelas grandes instituições financeiras, buscando promover a inclusão ao facilitar o acesso aos créditos e produtos/serviços financeiros.

Para finalizar o diagnóstico com relação aos créditos operacionalizados na Cresol Ampere, faz-se necessário destacar a questão da inadimplência, que de acordo com a pesquisa na cooperativa, encontra-se com um percentual de 0,53% índice abaixo do aceitável segundo Neumeister (2014) é de 1.50%, ele destaca que os possíveis motivos para esse percentual encontrado trata-se possivelmente da falta de planejamento do crédito que foi liberado e a também a resistência a mudanças por parte dos associados.

Ainda de acordo com o gestor o perfil desse percentual de inadimplentes é de pessoas mais velhas, com mais de 40 anos. São pessoas com baixa escolaridade e com dificuldade no planejamento e controle de suas atividades, muitos realizaram investimentos desnecessários, com os quais não obtiveram retorno financeiro.

Pode-se observar em uma propriedade escolhida como um exemplo dessa inadimplência, que há uma grande desmotivação pelos proprietários, estruturas e máquinas mal aproveitadas ou mesmo abandonadas, investimentos não compatíveis com a produtividade e animais não recebendo um manejo adequado. Alguns produtores investiram alto em estruturas e equipamentos, porém não há uma produção de leite suficiente para um bom aproveitamento destas instalações A Figura 09 mostra um exemplo desse investimento onde atualmente esta desativada.

Figura 7 - Sala de ordenha financiada e abandonada 2013.



Fonte: arquivo CRESOL (2014)

A sala de ordenha abandonada, figura 09 é um recurso investido que não está proporcionando retorno à propriedade, isso faz com que o produtor não tenha condições de pagar as parcelas do investimento, muitas vezes pela facilidade na obtenção dos créditos o produtor financiava suas próprias vacas e gastava o dinheiro com bens de consumo que não proporcionam renda, comprometendo assim o retorno do investimento que pagaria suas parcelas se bem aplicado. Com um acúmulo de parcelas a serem pagas. Muitos produtores não têm condições de quitá-las e acabam optando por um novo empréstimo para pagar o antigo, deste modo seu endividamento fica cada vez maior e mais difícil de ser revertida esta situação.

O planejamento dos investimentos e a motivação fazem a diferença nas propriedades, com o mesmo valor investido. Em propriedades semelhantes encontram-se diferentes realidades, reforçando a ideia de que um crédito bem investido promove o desenvolvimento da propriedade e da qualidade de vida dos agricultores, já quando mal aplicado o crédito pode endividar o usuário e piorar sua situação financeira.

4.5 A AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO DE CRÉDITO DO PONTO DE VISTA DOS “EXPERTS”

Foram efetivadas quatro entrevistas em forma de questões comuns a serem respondidas por todos. Três dos entrevistados são professores universitários da região que trabalham na temática da agricultura familiar e cooperativismo e o gerente da SICREDI, uma cooperativa de crédito, similar a cooperativa em estudo.

A primeira questão abordada no questionário trata sobre a relevância da agricultura familiar no município de Ampére?

Há uma compreensão comum de todos sobre a importância da agricultura familiar. Uma compreensão histórica como aponta Duarte (2014) trata da formação do sudoeste paranaense que se caracterizou por pequenos agricultores que devido às lutas sociais e a capacidade de auto-organização, mantiveram e aperfeiçoaram as pequenas propriedades, tornando-as unidades produtivas.

Segundo Sinhorini (2014) ressalta que o modelo de agricultura familiar prevalece não somente em Ampére, mas em todos os municípios do sudoeste paranaense, isso faz com que as atividades desenvolvidas nesses espaços tanto de produção como de gerenciamento sejam feitas dentro da unidade familiar que ao mesmo tempo em que produzem riquezas para o município, contribuem com o desenvolvimento local.

Para Rippel (2014) essa relação econômica entre agricultores e municípios pode ser visualizada por intermédio das parcerias, como por exemplo, as feiras agroecológicas e o fornecimento de produtos da agricultura familiar às escolas e colégios públicos da cidade. Fedrigo (2014) conclui que a agricultura familiar é um mecanismo de diminuição do êxodo rural.

Sobre a importância da Cresol como sistema de crédito no município, Rippel (2014) afirma que por serem as “*Cresois*” cooperativas singulares elas estão inseridas na realidade do cooperativado e seus diretores como sócios conhecem bem a realidade do município.

Observa-se que os outros “*experts*” fazem uma comparação entre a Cresol e outras cooperativas de crédito que existe na cidade, a Sicoob e a Sicredi. Sobre isso Duarte (2014) afirma que a diferença inicial e fundamental da Cresol para as outras cooperativas de crédito na cidade é que a Cresol é ligado à economia solidária, e isso torna-se uma diferença na construção organizacional e gerencial da cooperativa, inclui ainda os princípios filosóficos que norteiam a Cresol e que visa o desenvolvimento integral do homem, em relação às questões econômicas, sociais e também ambientais.

Sinhorini (2014) segue raciocínio semelhante quando afirma que uma diferença chave é que quando os agricultores vão a cooperativa para serem atendidos, eles encontram outros cooperativados atendendo, é uma relação mais homogenia, agricultor com agricultor.

Sobre a aplicação do crédito se ocorre de forma correta, Sinhorini (2014) afirma que sim, e que os resultados do ponto de vista do melhoramento da propriedade e do aumento de renda é visível. Rippel (2014) aponta algo que fica a desejar é a questão ambiental ainda pouco observada.

Para Duarte (2014) essa questão ambiental esta associada à capacidade da cooperativa de trabalhar isso com o agricultor, a inexistência de regras gerais, a fiscalização na execução das mesmas, e a obrigatoriedade de praticas sustentáveis já na solicitação do recurso. Fedrigo (2014) tendo como experiência a Sicredi, afirma ainda existir inadimplência que para ele é não gerir corretamente o dinheiro.

Por fim, os “*experts*” foram questionados sobre os agricultores conhecem os créditos e financiamentos que estão disponíveis? A uma compreensão geral que os agricultores não conhecem e nem tão pouco acessam a todos os créditos e financiamentos existentes, nesse caso, entende-se que a falta de conhecimento de como acessar e as exigências diferentes para cada tipo de serviço e produto dificultam esse conhecimento ao mesmo tempo amplo e específico. As próprias cooperativas tem internamente um processo de formação continuada de seus profissionais para que possam oferecer e ou disponibilizar o maior número de créditos e financiamentos aos cooperados.

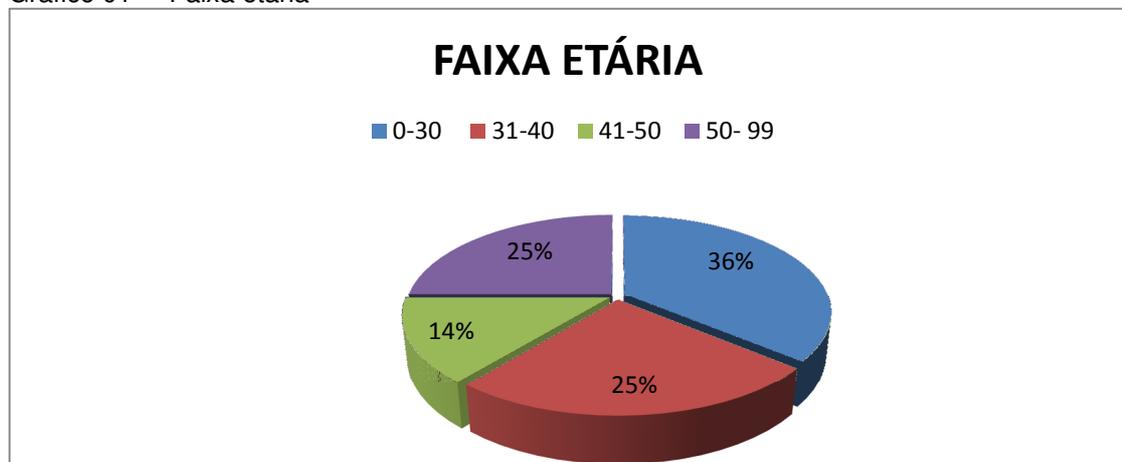
4.6 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES E SEU REFLEXO NAS PROPRIEDADES

Foram entrevistados 29 sócios da Cooperativa, sendo um de casa comunidade agrícola de Ampere, essas entrevistas ajudaram a entender melhor as características do quadro social, entre a amostra dos associados. Dos 29 sócios entrevistados, 21 eram do sexo masculino e 8 sócios do sexo feminino, demonstrando a predominância masculina entre os associados entrevistados. Como comenta Boni (2011), os homens se dedicam ao trabalho na lavoura e às atividades

que se destinam ao comércio e ao relacionamento com cooperativas, empresas, bancos, etc. O trabalho da mulher está mais ligado a casa, às pequenas criações (vacas de leite, galinhas, porcas); à horta; ao cuidado e educação dos filhos e outras tarefas domésticas.

Referente à faixa etária dos entrevistados, 36% possuem até 30 anos de idade, 25% entre 31 e 40 anos, 14% com idade de 41 a 50 anos e acima de 50 anos são 25% das pessoas entrevistadas. O Gráfico 01, ilustra a distribuição dos associados nas respectivas faixas etárias.

Gráfico 01 – Faixa etária



Fonte: Pesquisa de campo 2014

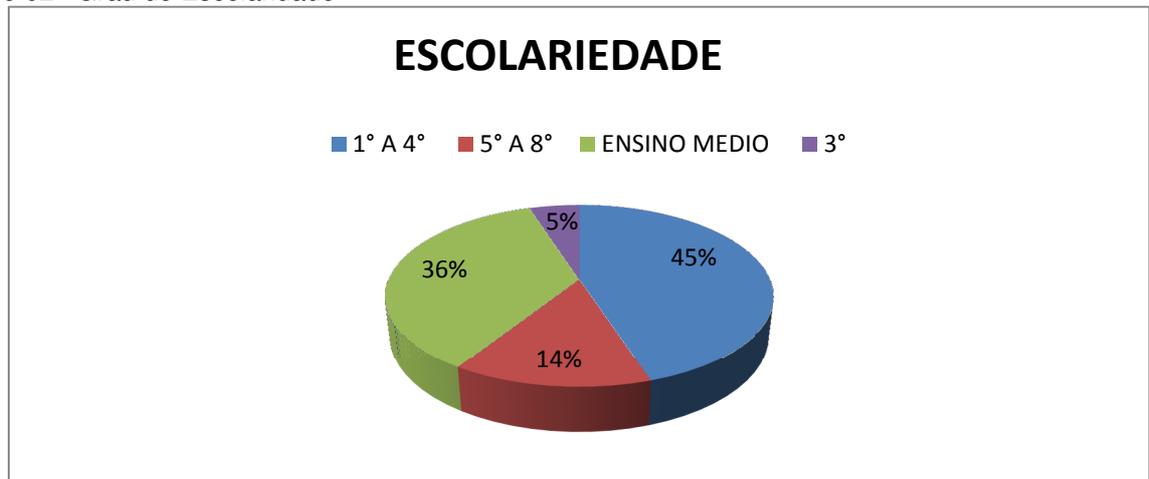
Entre os entrevistados, percebe-se que há uma predominância de sócios até 30 anos, isto representa um quadro social na sua maioria de pessoas jovens fase essa que as pessoas são mais estimuladas a investirem nas diferentes frentes possíveis como escolaridade, produção e empréstimo. Sendo a Cresol, um facilitador de crédito e de formação, podendo proporcionar que essas pessoas usando de forma adequada os serviços, produtos e programas da instituição possam dimensionar de forma positiva as melhorias nas condições da propriedade familiar, assim como, da sua própria condição pessoal de vida.

Ao ampliar-se esse dado para pessoas até 50 anos de idade, percebe-se que 75% dos entrevistados estão em idade produtiva, nessa fase as pessoas tem expectativa de crescimento econômico e são mais abertas ao aperfeiçoamento e assimilação tanto do conhecimento técnico no processo produtivo, quanto ao uso de

serviços e produtos de crédito oferecidos pela cooperativa. Do ponto de vista da renovação de quadros dentro da Cresol essa idade média dos sócios contribuiu também para que haja uma rotatividade positiva na direção da cooperativa de Ampére, assim como no fornecimento de novas lideranças para a Cooperativa de Base e mesmo a Cresol Baser.

O grau de escolaridade dos agricultores entrevistados esta ilustrado no Gráfico 02.

Gráfico 02 –Grau de Escolaridade



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

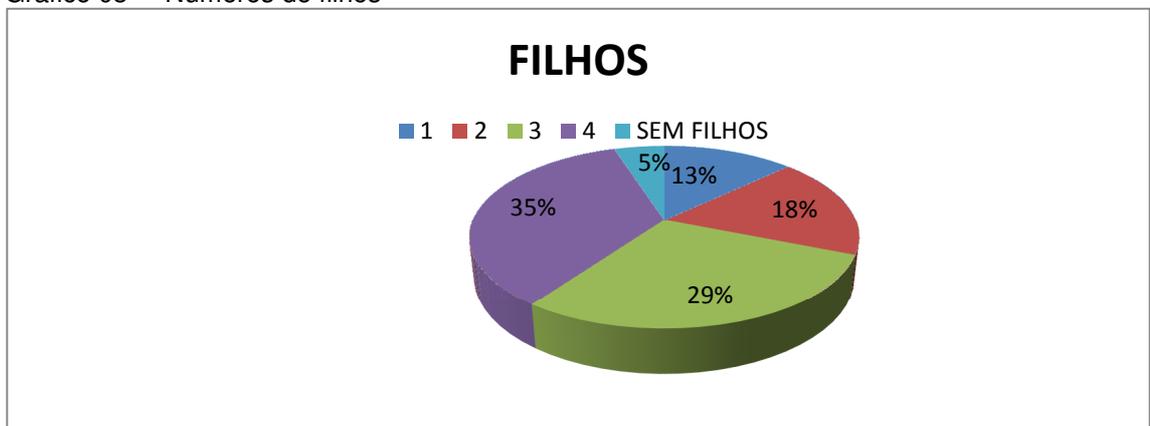
Pode-se observar em relação à escolaridade, 45% dos entrevistados possuem até o 5º ano do Ensino Fundamental, muitos casos ainda incompletos. 14% tem escolaridade entre o 6º e 9º ano do ensino fundamental. Com o Ensino Médio completo aparecem 36% dos entrevistados, e com o 3º grau são 5 % dos sócios. Esse índice pode ser justificado pela ocorrência de um processo universal da educação na região e também pela maior acessibilidade como, por exemplo, através de transporte gratuito e a distribuição gratuita de material escolar.

A soma percentual de todos aqueles que têm mais de 5 anos de escolaridade, alfabetizados do 5º ano até ensino superior, é próximo de 55% dos sócios. Isso auxilia determinantemente no sentido de usar de forma mais consciente os créditos e serviços e produtos da Cresol, assim como, terem mais discernimento e aceitação das inovações propostas pela cooperativa, desde é claro, que haja uma relação de confiança entre a instituição e seus associados.

Nesse sentido o fato das pessoas mais jovens associadas terem maior escolaridade, reflete por um lado, a falta de políticas de incentivo educacional no meio rural, ocorrida num passado recente em nosso país, com relação às gerações que hoje representam o público de maior idade no quadro social; por outro lado o interesse crescente por uma formação melhorada, aliado às melhores condições que os filhos dos agricultores têm para continuar estudando na atualidade e permanecendo na atividade rural simultaneamente.

O Gráfico 03 ilustra a quantidade de filhos dos associados pesquisados

Gráfico 03 – Números de filhos



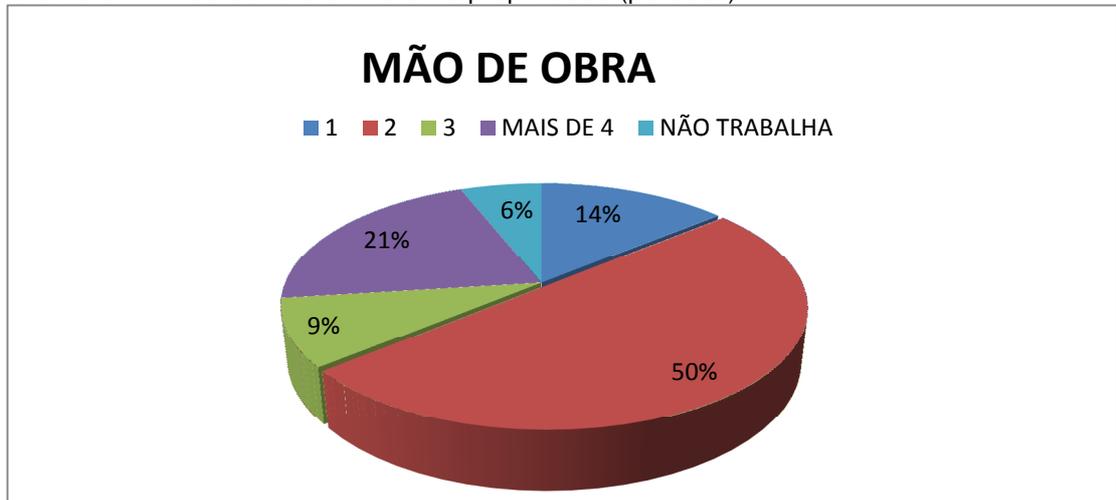
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Em relação ao número de filhos, 13% dos entrevistados possuem apenas 1 filho, 18% com 2 filhos, 29% com 3 filhos e 35% dos entrevistados com 4 filhos e 5% não possuem filhos, em geral, são solteiros ou casais com menor média de idade e ainda, com maior grau de escolaridade.

Percebe-se entre os entrevistados da Cresol uma diminuição de filhos por família, 65% das famílias tem no máximo três filhos. De acordo com os Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro (2011) se aproximando assim da média nacional, essa diminuição de filhos por família provavelmente ocorre devido ao maior acesso a informação pelas famílias e uma aceitação maior dessas em relação às políticas e os métodos de controle da natalidade. Identificou-se ainda que 35% dos associados tem quatro filhos ou mais, em geral esses associados pertencem às pessoas com maior faixa etária e, portanto, ainda não atingidos pelos movimentos de controle de natalidade, às vezes inclusive, por influência da própria religião católica bastante presente na vida cotidiana dos agricultores.

Na sequência, indagou-se sobre o número de pessoas envolvidas nas propriedades, sendo demonstrada no Gráfico 04.

Gráfico 04 – Mão de obra utilizada na propriedade (pessoas)



Fonte: pesquisa de campo

De modo geral, 14% dos entrevistados afirmam que apenas uma pessoa da família estava envolvida diretamente com as atividades produtivas, para outros 50% eram duas pessoas, 9% responderam que três pessoas trabalham na propriedade e 21% dos entrevistados responderam que mais de quatro pessoas trabalham na propriedade e ainda duas (6%) pessoas responderam que não tem ninguém trabalhando na propriedade, pois mudaram para a cidade.

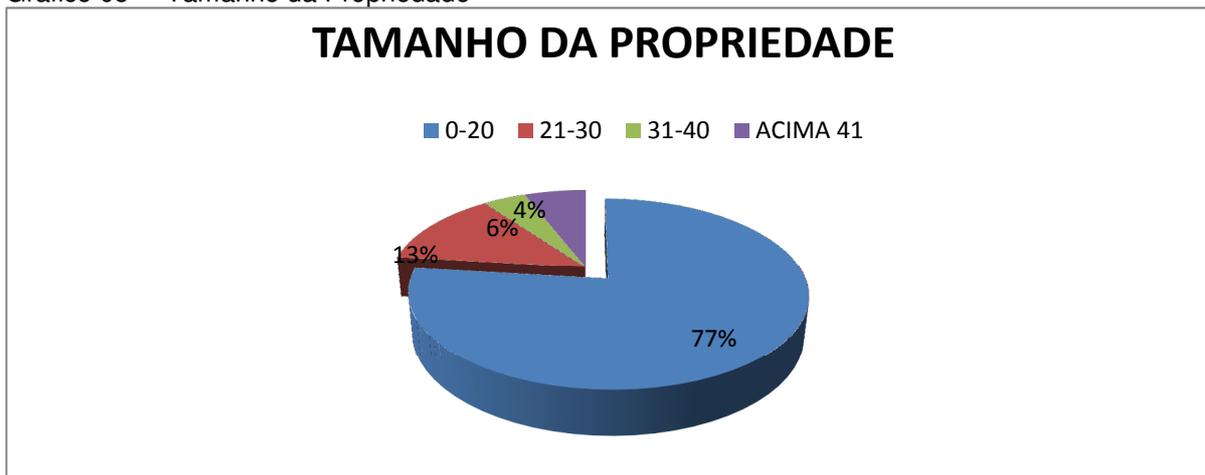
O baixo número de pessoas envolvidas com as atividades da propriedade pode criar variáveis de análise, umas delas esta associada a argumentos apresentados acima, ou seja, os filhos chegam à idade produtiva e se dirigem para cidade para trabalhar nas indústrias, sendo pequeno o limite territorial entre a cidade e o meio rural, assim muito deles utilizam a propriedade da família apenas como moradia. Muitos filhos mais jovens também se afastam da propriedade para estudar principalmente na fase que seria mais produtivo. Ao que parece, é urgente a necessidade de intensificar as políticas públicas que gerem alternativas de vida e de renda para a agricultura familiar, nesse sentido as cooperativas podem operacionalizar essas políticas desenvolvendo um importante papel social.

Reforçando essa questão, perguntou-se aos entrevistados quanto à quantidade de horas trabalhadas pelas famílias, que variam de 3 a 13 horas diárias, divididas em: 15% até cinco horas diárias, 70% até dez horas diárias, 9% acima de

dez horas diárias e também, duas pessoas responderam que não trabalham na propriedade. Lembra-se que esse tempo de trabalho deve ser sempre relativizado, por exemplo, quando a família lida com grãos o trabalho é sempre sazonal, e em épocas de plantio ou colheita trabalho é mais intenso que outros. Já as famílias que tem sua maior atividade com animais, sejam aves, ou animais de leite, o trabalho é mais cotidiano e intenso durante algumas horas do dia. Observa-se aqui casos em que não se trabalha na terra, esses estão diretamente associados ao fato do cooperado trabalhar nas indústrias na cidade e morar na propriedade, mas já não se tira o pleno sustento dela.

O Gráfico 05 demonstra o tamanho das propriedades dos agricultores entrevistados:

Gráfico 05 – Tamanho da Propriedade



Fonte: Pesquisa de campo 2014

A maioria dos entrevistados totalizando 77% possuem propriedades com até 20 hectares, 13% entre 21 a 30 hectares, 4% entre 31 a 40 hectares e 6% acima de 41 hectares. Isso caracteriza o histórico de ocupação das terras no município de Ampére formando pequenas propriedades, reafirmando o perfil do associado da Cresole sua finalidade de existência, que é exatamente atingir esse público, muitas vezes excluídos por outro sistema financeiro.

Outra pergunta realizada aos entrevistados foi se eram sócios de outra cooperativa ou associação, 46% responderam que são sócios de outra instituição, já 54% responderam que são sócios apenas da Cresol Ampére. Entre as outras instituições citadas, aparecem Sicredi, Sicoob, CLAF e Sindicato dos Trabalhadores

Rurais. Sendo que a mais lembrada foi a CLAF, como justifica o depoimento de alguns associados “Para sermos mais fortes e termos mais oportunidade”; “Somos mais fortes e ter uma vida melhor” e “É um grupo de pessoas que se ajudam”.

Duas questões são necessárias serem relativizadas, a primeira que ser sócios do STR e CLAF de forma alguma diminui a importância da Cresol na vida desses associados, muito pelo contrário, no caso do STR foram os membros dos sindicatos na região que fortaleceram a ideia de criação da Cresol, o caso da Cooperativa de Leite, a uma relação estreita entre as duas cooperativas, uma de produção outra de crédito. Para Rocha (2007) o marketing de relacionamento é um instrumento de gestão orientado para o mercado visando estabelecer um relacionamento fiel e duradouro com os clientes quanto à organização, como forma de obter vantagem competitiva sustentável.

Outro dado interessante é que 54% dos associados da Cresol usam exclusivamente a cooperativa para obter crédito, ficando assim mais próximo dos dados referentes aos associados que participam da Assembleia Geral da cooperativa, ou seja, na medida em que tem somente ela como local para buscar empréstimos, serviços e produtos, tem uma relação mais orgânica com a instituição.

Ainda, foram realizadas perguntas sobre os meios de locomoção dos associados, se possuem automóveis. 75% dos associados entrevistados disseram serem proprietários de automóveis, ao que parece, os agricultores associados estão capitalizando algum lucro, resultando na aquisição de bens materiais para a melhoria do bem estar da família.

Segundo os agricultores, na maior parte das entrevistas, a aquisição do automóvel foi com a renda da propriedade, talvez o acesso ao crédito diferenciado para a agricultura familiar, aliada a existência de renda fixa mensal e as facilidades de compra via parcelamento faz com que muitos agricultores intensifiquem o consumo de mercadorias.

Quanto aos produtos produzidos na propriedade, os mais citados foram: leite, milho, soja, verduras e legumes (subsistência). Também são produzidos frango de corte, suínos, peixes, fumo, soja orgânico, eucaliptos, feijão, arroz, mel e queijo. A grande maioria dos entrevistados vende o leite para ter uma renda fixa mensal, o milho para os animais e os demais produtos para a subsistência da família e dos animais. Isso explica porque muitos sócios da Cresol são também sócios da CLAF, cooperativa de leite que se orienta também pela economia solidária.

A agricultura familiar nos últimos anos tem sido responsável por 10,1% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, pois dela dependem cerca de 13,8 milhões de pessoas, trabalhando em 108 milhões de hectares e produzindo mais de 60% dos alimentos básicos consumidos no Brasil” (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

A agricultura familiar, que ocupa mais de quatro milhões de estabelecimentos agropecuários do País (cerca de 90% do total), responde por 37,8% do valor bruto da produção agropecuária (metade dos produtos componentes da cesta básica) e ocupa apenas 33% da área total agropecuária, constitui-se na principal alavanca do desenvolvimento sustentável do interior. Ela tem um imenso espaço para crescer e desenvolver-se, pois apenas 20% dos estabelecimentos familiares são “muito integrados” ao mercado, enquanto que 40% são “pouco integrados”, restando outros 40% que quase não geram renda (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Com o estudo realizado, pode-se visualizar a grande diversificação de atividades produtivas desenvolvidas pela agricultura familiar. Isso reforça o debate da soberania e segurança alimentar no país, que está nas mãos desta classe.

Na pesquisa de campo pode-se identificar ainda que muitos dos agricultores entrevistados estejam aumentando a produção que anteriormente era só para a subsistência, realizando a comercialização na feira AFAECO (Associação Familiar dos Agricultores Ecológicos), que acontece semanalmente no centro da cidade de Ampére, possibilitando a diversificação da renda, o que é fundamental na sustentação da agricultura familiar.

Essa diversificação na zona rural pode ser considerada “a melhor forma de evitar as incertezas e vulnerabilidades referentes ao clima, mercado, pragas e doenças” (PELINSKI *et al*, 2014, p 2).

A Figura 10 ilustra a feira orgânica realizada em Ampére.

Figura 8 – Feira Agroecológica de Ampére-PR, 2014.



Fonte: Pesquisa de campo 2014.

Quanto aos motivos para ser associado da Cooperativa Cresol Ampére obteve-se as seguintes respostas: 43% por acreditar no cooperativismo, 20% para movimentar conta corrente, 7% para depositar em aplicações e 30% para pegar empréstimos entre outros. Novamente pode-se perceber uma aproximação entre aqueles que acreditam na cooperativa (43%) com aqueles que participam das Assembleias cerca de 40% em média. Outras justificativas podem ser encontradas no fato da Cresol facilitar o crédito para o agricultor e praticar taxas menores que os bancos tradicionais.

Quanto ao grau de satisfação em ser cooperado, principalmente com relação ao atendimento 100% dos entrevistados responderam que são bem atendidos ao chegar à cooperativa. Ressalta-se nesse item alguns relatos: “não tenho queixa de ninguém”; “todos sempre me tratam bem”; “associamos por isso, pelo bom relacionamento” e “não tem reclamação de ninguém, sempre fui bem atendida”.

Com relação à participação dos associados nas assembleias resgata-se as palavras de Neumeister (2014) que ressalta ser esse um grande desafio para as cooperativas, pois trata-se de um momento de suma importância, onde são repassadas aos associados informações referentes à eleição de nova diretoria, prestação de contas, aprovação para busca de recursos em outras instituições financeiras, mudança de estatuto e regimento interno e tomada de decisões quanto ao próximo ano da cooperativa.

De acordo com o Gráfico 06, entre os entrevistados, 62% participam todos os anos, 27% não participam anualmente das assembleias, por motivos pessoais, contra tempo, entre outros. Na opção nunca participei teve uma porcentagem de

respostas de 11%. Observa-se que esse resultado diferencia-se do dado universal dos associados onde apenas 40% deles participam das assembleias.

Entende-se que essa participação por parte dos associados está regular, necessitando buscar uma linguagem que todos entendam, além de atrativos para fomentar a participação.

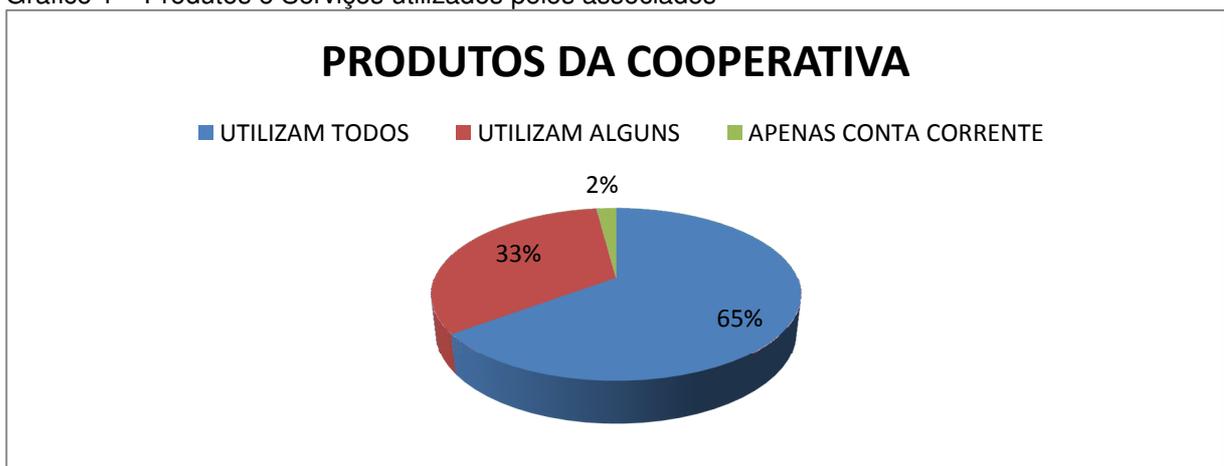
Gráfico 06 – Participação nas assembleias



Fonte: Pesquisa de Campo 2014

O Gráfico 07 ilustra se os associados buscam usufruir dos produtos que a cooperativa oferece.

Gráfico 1 – Produtos e Serviços utilizados pelos associados



Fonte: Pesquisa de Campo 2014

Em relação aos empréstimos pessoais, cartão de crédito e aplicação, 65% responderam que utilizam todos, 33% utilizam alguns dos produtos citados e 2% responderam que utilizam apenas conta corrente. Verificou-se assim, que ainda tem

2% dos entrevistados que precisam ser estimulados cada vez mais para o uso desses produtos, talvez com implantação de campanhas com sorteios ou entrega de brindes, visando fomentar essa participação mais ativa do associado para a utilização e os produtos e serviços oferecidos pela cooperativa.

De acordo com o “*experts*” Fedrigo (2014), esse fomento para uso dos produtos que as cooperativas oferecem deve partir de uma boa campanha de marketing e ações planejadas ao longo prazo pela gestão da cooperativa singular. Através desse depoimento foi possível perceber que a alavancagem desses produtos e serviços necessita de estratégias internas das cooperativas e não somente de ações externas como as políticas públicas.

O Gráfico 08 ilustra as respostas dos sócios quando indagados sobre os juros com relação aos financiamentos e empréstimos que a cooperativa opera.

Gráfico 08 – Satisfação com relação aos juros de financiamentos operados pela Cresol Ampére



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Em torno de 65% dos associados entrevistados responderam que estão satisfeitos com o índice cobrado, outros 10% responderam que está de acordo com outros bancos e 25% optaram pela opção outros, alguns desses por nunca terem feito empréstimos e, portanto não tem conhecimento do valor das taxas de juros correntes no mercado, outros alegaram que “os juros estão um pouco alto” e também “O crédito pessoal está alto e o limite também”. Este poderia ser um ponto interessante para o Conselho Administrativo da Cooperativa, analisar, pois a insatisfação pode levar o associado a procurar outra agência para obter empréstimos.

Vale ressaltar que de acordo com Rippel (2014) “A evolução das taxas de juros do PRONAF está abaixo da inflação e do aumento da taxa básica de juros do governo, SELIC, e bem abaixo das taxas praticadas ao médio e grande produtor, que estão enquadrados na agricultura empresarial”.

De acordo com o Balanço anual publicado pela Cresol Baser em 2013, outro dado que reforça a vantagem das cooperativas são baixas taxas de juros, constatou-se que houve uma economia de 128 milhões de reais no que tange as taxas de juros cobradas por instituições privadas que foi em média de 69,54% a.a com relação às taxas cobradas pelas cooperativas CRESOIS que totalizou 32,46% a.a, representando assim uma diferença de 37,08% a.a.

Foram realizadas ainda perguntas para os entrevistados quanto a críticas e sugestões de funcionamento da cooperativa. Uma das questões levantadas foi com relação às linhas de PRONAF. “Deveria ter uma linha de PRONAF com juro diferenciado para assalariado”. Essa foi uma resposta que chama atenção, pois várias pessoas residem na cidade e possuem propriedades onde cultivam algum produto agrícola, respondendo essa crítica/sugestão, o Gestor da Cresol já havia comentado na sua entrevista que “O PRONAF é um plano de governo, não cabendo autonomia às cooperativas criar linhas específicas”, reforçando assim, que é uma preocupação da cooperativa, porém que não cabe a gestão solucionar esse problema.

Outra questão levantada nas entrevistas foi como os sócios tomam conhecimento quanto às linhas de créditos, seus repasses, juros e como eles obtêm essas informações. Conforme fala do associado: “Acho que deveria ser passado mais informações para o sócio” ou ainda “Sei só o necessário para o acesso ao crédito”.

Para Neumeister (2014), a Cresol Ampére tem se preocupado com essa falta de informação aos associados, para isso, uma das ações que a cooperativa desenvolve são as reuniões nas comunidades do interior do município, nessas reuniões são tratados os assuntos de interesse dos associados, sanando dúvidas e explicando o funcionamento da cooperativa, as linhas de crédito e o mercado financeiro como um todo, visando desta forma, que o sócio que participa consegue estar envolvido com o que acontece na cooperativa.

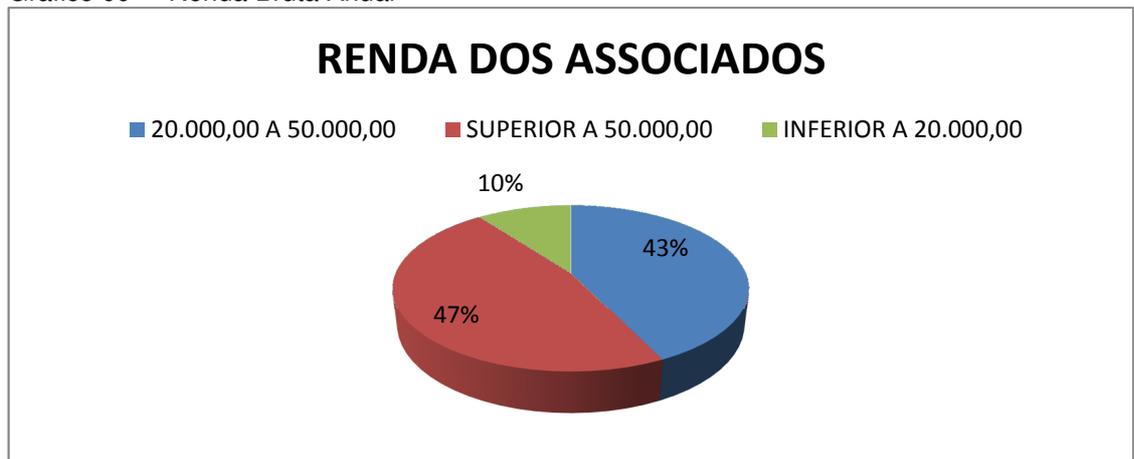
Enfatizando essa explicação do gestor e principalmente com relação ao crédito, Sinhorini (2014) afirma que “Nem todos os produtores conhecem as linhas

de crédito e suas finalidades. Porém grande parte deste público acessa linhas de crédito rural. Precisamos aumentar a divulgação dessas linhas para que aquele agricultor que realmente tem necessidade de crédito rural possa ser atendido.” Sinhorini (2014) menciona que:

As linhas existentes atendem a todas as necessidades dos agricultores familiares no que se refere ao beneficiamento ou industrialização da produção própria ou de terceiros, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos, bastam serem bem explicadas aos envolvidos.

O Gráfico 09, ilustra a renda bruta anual dos associados dos cooperados entrevistados:

Gráfico 09 – Renda Bruta Anual



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Observou-se que 43% dos entrevistados possuem renda bruta anual entre R\$ 20.000,00 à R\$ 50.000,00, o restante ficou dividido entre 47% com renda anual superior a 50.000,00 e os outros 10% inferior aos 20.000,00, esses dados representam a diversidade existente na agricultura familiar, que está expressa pela sua heterogeneidade produtiva, cultural, pelo dinamismo socioeconômico e também pelo tamanho das propriedades.

Outro dado diagnosticado na pesquisa no que se refere à renda foi que a renda bruta anual em algumas unidades familiares não é suficiente para a manutenção das famílias, seja pela descapitalização e/ou baixa eficiência produtiva, o que leva a busca por alternativas de renda não agrícola. Observou-se que em 63% das Unidades Produtivas Familiares (UPFs) pesquisadas, a renda total é composta

por renda agrícola e não agrícola, sendo que essas rendas provêm de aposentadorias, pensões, trabalho assalariado e prestações de serviços. Porém, notou-se que o acesso ao crédito tem papel ativo na viabilidade das propriedades e no fortalecimento da agricultura familiar, assim como na melhoria da renda e da qualidade de vida das famílias entrevistadas. Todos os entrevistados relataram melhorias que foram possíveis de concretizar a partir disso.

Observou-se na pesquisa que a grande maioria dos 29 entrevistados beneficiou-se em algum determinado ano pelo crédito fornecido pela cooperativa, seja na modalidade de custeio, investimento ou repasses de recursos próprios. Na Tabela 08 apresentam-se os acessos desses créditos tendo critério ano safra 2013.

Tabela 08 - Acesso às modalidades de crédito e valores médios de recursos tomados pelos agricultores familiares em 2013

Modalidade de Crédito	N° de tomadores de Crédito	Valor médio do Crédito
Custeio	8	R\$ 5.000,00a 25.000,00
Investimento	5	R\$ 20.000,00a 50.000,00
Recursos Próprios	4	R\$ 3.000,00 a 10.000,00
Custeio e Investimentos e Recursos próprios	10	R\$ 3.000,00 a 50.000,00
Não tomadores de crédito (2013)	2	R\$ 00,00

Fonte: pesquisa de campo (2014)

Com relação aos acessos, percebeu-se que os tomadores de crédito, deste estudo, como já visto anteriormente, possuem pequenas áreas de terra e acabam buscando as modalidades do PRONAF para realizar suas atividades. Analisando a Tabela supracitada, nota-se que o valor médio acessado na modalidade de custeio também condiz com a realidade baseada na capacidade de pagamento e não ultrapassando os R\$ 25.000,00.

Na modalidade de investimento, observa-se que o valor médio é maior, considerando que o mesmo possui maior prazo para pagamento e foi remetido para a estruturação e adequação das referidas propriedades, finalizando na modalidade recursos próprios, fica evidente pelo montante dos valores que se trata de pequenos investimentos (aquisição de veículos, móveis, pagamento de dívidas extras), acessado juntamente com outras modalidades por 7 dos entrevistados.

Esses valores que de acordo com o balanço anual 2013, publicado pela cooperativa CRESOL Baser evidenciam a força da Cooperativa Ampére com relação

a empréstimos repassados a Base Fronteira onde ela pertence, totalizando um repasse de aproximadamente 36 milhões de reais em relação aos valores totais dos repasses das cooperativas que totalizam 425 milhões de reais.

Percebeu-se também, uma dependência do crédito, principalmente, na modalidade de custeio, usada para a viabilização das atividades anualmente, isso tem preocupado os “*experts*” do cooperativismo, uma vez que a política do PRONAF seria um aporte inicial, usado como ferramenta em busca da viabilidade e sustentabilidade da UPF e não como política de subsídio. Reforçando essa afirmativa apenas 2 dos associados entrevistados nessa pesquisa não acessaram em 2013 nenhum crédito fornecido pela cooperativa, afirmando que estão conseguindo manter sua propriedade através do giro de sua produção e boas práticas administrativas.

De acordo com Mattei (2007), o PRONAF pode ser considerado uma alternativa sólida para os agricultores familiares, tendo em vista a enorme expansão do mesmo. Esse programa visa alavancar os agricultores familiares, melhorando suas propriedades e proporcionando uma maior qualidade de vida e rentabilidade das mesmas.

Ainda, para Magri & Correa (2012), as cooperativas de crédito injetam recursos nas cidades onde atuam, esses recursos movimentam a economia local, com isso beneficiam não somente os cooperados como também contribuem para o desenvolvimento e crescimento do local onde residem, afirmando que:

Alguns princípios do cooperativismo exercidos pela CRESOL também ajudam a fomentar o campo e a cidade, como prática da descentralização das decisões, primando pela independência local e apoiando a formação de cooperativas singulares para que realmente façam a diferença no município onde estão inseridas. Com a horizontalização, envolvem-se mais pessoas na gestão do sistema como um todo e a decisão é levada para mais perto do cooperado. Toda essa dinâmica faz com que os pequenos municípios tenham uma melhor geração de renda e possam investir localmente na qualidade de vida da sua população, fazendo com que o acesso ao crédito e às políticas públicas, facilitado pelas cooperativas, gerem desenvolvimento e renda no campo e na cidade, atuando diretamente na erradicação da miséria. MAGRI & CORREA (2012 p.41).

O acesso ao crédito reflete na perspectiva de futuros investimentos na UPFs, onde 80% dos entrevistados afirmaram manter e ampliar os investimentos e apenas 20% responderam que não sabem ou não farão mais investimentos por não visualizar a sucessão familiar.

Atrelado a este panorama, está à perspectiva futura, onde 55% dos entrevistados acreditam que a sucessão familiar acontecerá através dos filhos, em torno de 40% não sabe o que fará com a unidade e 5% afirmam que não terão sucessão e a UPF será vendida. O Gráfico 10 ilustra a sucessão familiar dos entrevistados na pesquisa.

Gráfico 2 – Sucessão familiar



Fonte: Pesquisa de campo 2014

No decorrer da pesquisa foi possível observar que uma gestão eficiente, horizontal por parte da Cresol e a facilidade do acesso ao crédito tornou-se uma importante alternativa econômica e social para as unidades de produção familiar do município, pois através dessa gestão e principalmente com relação ao uso do crédito foi possível maximizar a renda dos agricultores, ampliar o acesso às políticas públicas que auxiliaram no aumento da qualidade de vida desses agricultores e de suas famílias. Na última pergunta realizada aos associados foi possível levantar um percentual bem elevado 97% dos entrevistados, que ressaltam a importância da agricultura familiar no contexto agrícola e também com relação à sustentabilidade nas três esferas econômica, social e ambiental onde estão inseridos.

Depoimentos registrados nas entrevistas como, por exemplo: "Gosto de viver no campo, o ar, a água limpa e o sossego", "Temos que cuidar no uso de venenos para poder deixar algo aos nossos filhos.", "Tenho orgulho de ser agricultor", "agora nos domingos posso aproveitar as horas de lazer na comunidade", "Hoje posso ir ao mercado e sair com o carrinho cheio de compras", nos levam a concluir que o desenvolvimento local surge através de uma vontade conjunta da sociedade, prioridade de desenvolvimento, a qual necessita de um envolvimento político, social

e cultural para ser bem sucedido. Buarque (1999, p. 9) afirma que o “Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”.

Nesse sentido observa-se que o modelo de cooperativismo solidário proposto pela Cresol Ampére está de acordo com a filosofia de atuação construída em toda a estrutura do Cooperativismo Cresol, no qual o crédito não é apenas um instrumento financeiro, mas também um instrumento mais amplo de políticas de distribuição de renda e construção de princípios comuns que trazem consigo valores de solidariedade, vida em comunidade, desenvolvimento sustentável do ponto de vista de valorização agroecológica da terra e valorização do capital humano, ou seja, os produtores familiares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a pesquisa realizada pode se fazer as seguintes considerações:

- Nos dias atuais percebe-se um crescimento e uma visibilidade do cooperativismo ligado a economia solidária, que faz uma critica profunda ao modelo tradicional de cooperativismo e propõe um novo modelo. Essa economia solidária tem suas raízes fundadoras em teorias de caráter marxista e em experiências de cooperativas como as de Maldragon na Espanha e de microcréditos surgidas na Índia.

- Devido à exclusão dos agricultores familiares das instituições financeiras tradicionais, em 1995 foi fundada a Cresol, a primeira Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária no Sudoeste do Paraná. Nesse mesmo período nasceu a política de Crédito Rural denominada Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

- Em termos estruturais a cooperativa é organizada de forma vertical através da Cresol Baser, Cresol Base e Cresol Singulares. Atualmente o Sistema Cresol é considerado referência Nacional e Internacional em Crédito Solidário, com mais de 130 mil famílias cooperadas e 200 unidades de atendimento. Em termos organizacionais a Cresol tem o poder decisório na instituição através da eleição de seus diretores, esses obrigatoriamente agricultores.

- A facilidade de acessos aos empréstimos, financiamentos, produtos e serviços oferecido pela Cresol como por exemplo, o Habitasol e os Programas de Formação, contribuem para o crescente desenvolvimento sócio econômico observado no Município de Ampére após 1998 (ano de fundação da Cresol no município em estudo), inclusive com o aumento de seu Índice de Desenvolvimento Humano - IDH que 1991 era 0.419 e em 2013 foi de 0.709 dados extraídos de acordo com o Caderno Estatístico 2013.

- Com relação aos acessos de crédito a Cresol Ampére movimentou em termos de recursos advindos no Banco do Brasil, BNDES e fundos próprios para o ano de 2013 cerca de 8 milhões de reais, distribuídos aos agricultores em forma de microcréditos e custeios.

- O perfil dos sócios da Cresol Ampére, são em sua totalidade agricultores familiares, com propriedades de até 20 hectares. Há uma predominância de sócios até 50 anos com no máximo 4 filhos e ensino fundamental completo que representa um quadro social jovem e ativo na fase em que os cooperados são mais estimulados a investirem na escolaridade e na produção.

- Há uma relação de confiança entre os associados e a cooperativa, possivelmente devido á transparência administrativa alcançada por meio da fiscalização e da prestação de contas feitas nas Assembleias gerais.

- A atuação positiva da cooperativa também pode ser demonstrada pelo baixo percentual de inadimplência, apenas 0.53%.

- De maneira geral pode-se dizer que quando bem gestada as cooperativas permitem aos seus associados melhorarem suas propriedades, gerando renda e conquistando moradia digna, educação para os filhos e acesso a cultura e ao lazer. Como associados da cooperativa os agricultores participam das decisões, contribuindo pra o crescimento da cooperativa e oferecendo a muitos outros agricultores familiares a possibilidade de se tornarem-se cooperados.

Não se pretende com essa pesquisa esgotar o assunto, mas sim contribuir de forma sistemática para o aprofundamento do debate e aprimoramento das práticas de cooperativismo solidário visando desenvolvimento da Cresol como uma cooperativa comprometida com o desenvolvimento sustentável de seus associados e das comunidades onde a instituição está presente.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Suzethe S. **Educação e desenvolvimento sustentável: concepção e práxis da gestão e autogestão de experiências cooperativistas no semi-árido baiano. 2007** <http://www.biblioteca.sebrae.com.br> acesso: 12/02/2014

BASSO, Dirceu. **O entrelaçamento das práticas de cooperação com a educação cooperativa.** In: VOLLES, Adriana et al (Org.). Ensaio sobre o cooperativismo solidário. Londrina: Midiograf, 2010.

BITTENCOURT, Gilson A.; ABRAMOVAY, Ricardo. **Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol.** Disponível em: <http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/inovacoes_institucionais>. Acesso em: 14/03/2013.

BOLZAN, Irineu Junior. **A Participação da Cresol na implementação do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf) Nos Municípios De Francisco Beltrão, Mangueirinha E Nova Prata Do Iguaçu - Francisco Beltrão – 2013.**

BOESCHE, L. **Fidelidade Cooperativa: Uma abordagem prática.** Curitiba, 2005 p. 23.

BONI, Valdete. **Gênero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar.** Disponível em: <http://www.google.com.br/valdeteBoni..> Acesso em: 16/10/2014.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Brasília: INCRA/IICA, 1999.

BÚRIGIO, Fábio L. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil.** Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CADERNOS DE PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO. **Entrevista Paul SINGER.**
 Cad. psicol. soc. trab. v.6 São Paulo dez. 2003. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-7172003000200008&script=sci_arttext>. Acesso em 03/06/2014.

CADERNO ESTATÍSTICO MUNICÍPIO DE AMPÉRE – 2013 IPARDES.GOV.BR
 Acesso em 07/03/2014.

CAMARGO, Wilson (Entrevista) março 2014

CHIAVENATO, Idalberto - **Introdução a teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações.**7.ed.rev. e atual.Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

COSTA, Luciano de Souza. **O cooperativismo uma breve reflexão teórica.**
 Universidade Estadual do Oeste (UNIOESTE). Cascavel, sd. Disponível em:
<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VIseminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%20E7%20F5es/ART%207%20-%20O%20cooperativismo%20-%20uma%20breve%20reflex%20E3o%20te%20F3rica.pdf>>. Acesso em: 03/04/2014

CRÚZIO, Helmon de oliveira. **Como organizar e administrar uma Cooperativa.**
 3ªed. Rio de Janeiro:FGV, 2002.

DALLARIVA, Claudino. **Como liderar de forma eficaz uma cooperativa no atual mercado.**In:VOLLES, Adriana et al (Org.). Ensaios sobre o cooperativismo solidário. Londrina: Midiograf, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

DUARTE, Paulo Cesar Borges Duarte. (Entrevista). 15.03.2014.

ELIAS, Valéria Mendes da Silva. **Cooperativismo Passo a Passo.**7ª Ed. Goiânia/GO, 2004.

ESCHER, Fabiano. SCHNEIDER, Sergio. **Os “contra movimentos” da agricultura familiar. Atores, instituições e processos do desenvolvimento rural no sudoeste do Paraná, Brasil.** Ponencia apresentada al VIII congresso latino americano de sociologia rural. Porto de Galinhas, Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT15-Fabiano-Escher.pdf>>. Acesso em 19/06/2012.

FEDRIGO, Luiz Fernando. (Entrevista) 19.03.2014

FERNANDES, Luciane A.; GOMES, José Mário M.. **Relatórios de pesquisa nas Ciências Sociais: características e modalidades de investigação.** Com Texto. Porto Alegre, v. 3, nº 4, pp. 1 - 23, 1º semestre 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/viewFile/11638/6840>> Acesso em: 01/06/2014.

FREITAS, Marcio Lopes de. **Conjuntura e perspectiva do cooperativismo de crédito. Coletânea de Artigos.** Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRELLI, Sheila. **Entre o “desabrochar para o mundo” e “produzir mais e melhor” relações se saber/poder em uma cooperativa de costureira.** Florianópolis. (Dissertação de Mestrado em Psicologia), 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100811/309419.pdf?sequenc e=1>> . Acesso em 25/09/2013.

GOMES, Iria Zanoni. **1957 a revolta dos posseiros.** Florianópolis: Criar, 2007.

HAMPTON, D. R.. **Administração Contemporânea.** São Paulo, McGraw-Hill, 1983.

HOBBSAWM, Eric. **Era das Revoluções (1789-1815).** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística :**Dados dos Municípios da Região Sudoeste e sobre a Agricultura familiar**, Censo Agropecuário, 2006. Disponível em www.IBGE.gov.br. Acesso 20 mai. 2014.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO (INFOCOS). Caderno Sériel. Cooperativa escola. **Gestão cooperativa: conhecimento e instrumentos para o controle social**. Francisco Beltrão: INFOCOS, 2006. CD-ROM

_____. Caderno Série XIV. **Cooperativa escola. O trabalho do conselho fiscal no Sistema Cresol**. Francisco Beltrão: INFOCOS, 2010

IRION, João Eduardo. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo: STS, 1997.

JOCHEM, Laudelino, RONKOSKI, José. **Cooperativismo: uma abordagem histórica-filosófica**. Hortolândia: Foco Editorial, 2010.

KREUSCH, Valdemiro. **Cooperativismo: alguns detalhes no decorrer dos tempos**. Francisco Beltrão: Gravit, 2009.

LANNOY, Christophe. **O nascimento do Sistema CRE\$OL: a origem de uma inovação organizacional**. Disponível em: <http://www.cresol.com.br/site/arquivos/artigos/Christophe%20de%20Lannoy.pdf>. Acesso em 04/02/2014.

LAZIER, Hermogenes. **Análise histórica da posse da terra no sudoeste paranaense**. Curitiba: Ed. Biblioteca pública do Paraná, 1997.

LECHAT, N.M.P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Leituras cotidianas nº 152, 2005

MAGRI, Cledir A; CORREA, Ciro Eduardo. **Cooperativismo de Crédito Familiar e Solidário**: instrumento de desenvolvimento e erradicação da pobreza. Passo Fundo: IFIBE, 2012.

MATTEI, L. WAQUIL, P. SCHNEIDER, S. CONTERATO, M. RADOMSKY, G. NAMIZAKI, G. NIEDERLE, S. **Uma Análise dos Impactos do PRONAF sobre as Economias Locais nas Regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. 2007.** Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/558.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2014.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. - São Paulo-SP: Atlas 2003.

MARUCCI, José Carlos; OLIVEIRA, Mauro José de FONTES FILHO, Joaquim Rubens. Participação e representatividade. In: MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte et al (Org.) **Governança Cooperativa: Diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativa de crédito.** Brasília: BCB, 2009.

NEUMEISTER, Junior (Entrevista)março/ abril/ maio de 2014

OLIVEIRA, Paulo Salles. **Entrevista economia solidária Paul Singer.** Revista estudos avançados. Vol. 22 nº 62, São Paulo, jan/abril, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/Desktop/KEITI/Estudos%20Avan%C3%A7ados%20-%20Economia%20solid%C3%A1ria.htm. Acesso em: 23/05/2012.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL (OCB). **Princípios do Cooperativismo.**:<<http://www.sescoop.org.br/Default.aspx?tabid=334>>. Acesso em: 05/05/2014.

PELINSKI, A.; AHRENS, D.C.; MILLÉO, R.D.S.; ZEMKE, E.; BENASSI, D.A.; RICHTER A.S. **A Diversificação no Incremento da Renda da Propriedade Familiar**

Agroecológica. <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Trab011Diversif.pdf> Acesso em 14/09/ 2014.

PINHEIROS, Marcos Antonio Henrique. **Cooperativas de Crédito: História da evolução normativa no Brasil.** 4ª Ed .Brasília: BCB, 2006. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/HccB4edicao.pdf.](http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/HccB4edicao.pdf)> Acesso em: 28/11/2013.

PINHO, D. B. **Cooperativismo no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2004.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativista nos regimes capitalista e socialista.** 2ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

REGO, Eduardo Ernesto e MOREIRA, Emilia. **COOPERATIVISMO: uma breve discussão teórico-conceitual perpassando pelo socialismo utópico, marxista e anarquista.** Revista OKARA: Geografia em debate, v.7, n.1, p. 63-80. João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB, 2013. Disponível em: <[http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/16111.](http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/16111)> Acesso: 14/04/2013.

RIBAS, Janete Aparecida. **Planejamento estratégico para competitividade: o desafio das cooperativas de crédito rural solidário da agricultura familiar.** Universidade Estadual do Oeste Paranaense. (Monografia Latu-sensu em cooperativismo gestão do cooperativismo solidário). Francisco Beltrão, 2009. Disponível em: [http://www.Cresol.com.br/site/upload/downloads/55.pdf.](http://www.Cresol.com.br/site/upload/downloads/55.pdf) Acesso em: 13/05/2013. Acesso em 16/06/2014.

RIPPEL, Leomar. (Entrevista). 17.03.2014

RUFINO, Sandra, NETO, João Amado e COSTA, Reinaldo Pacheco. **Economia Solidaria e Sustentabilidade.** São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/keiti/Downloads/economia%20solidria%20e%20sustentabilidade%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/keiti/Downloads/economia%20solidria%20e%20sustentabilidade%20(1).pdf)> Acesso em. 13.04.2014

FILHO SALANEK, Pedro. **Capital social e cooperativismo agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local: uma avaliação da região de atuação da cooperativa Copacol**. UNIFAE. Centro universitário mestrado em organizações e desenvolvimento (dissertação de mestrado) Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Biblioteca/DissertacaoPedroSalanek.pdf> Acesso. 23.03.2014.

SANTOS, Carolina C Eassia Batista. **O Cooperativismo de trabalho no Brasil. Estudo da redescoberto da cooperativo como alternativa ao desemprego no Brasil**. IV Encontro Latino Americano de pesquisadores de cooperativismo. Ribeirão Preto – SP, 2008, p 2-18. Disponível em: http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/161-santos.pdf> Acesso. 15.03.2014.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, n. 51, p. 99-122, 2003. Disponível em: www.scielo.br. Acessado em Outubro de 2012.

SEBRAE – Serviço de Apoio as Micros e Pequenas Empresas. <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/> acesso 03/03/2014

SILVA, Luiz Junior de e GHELLER, Jorge Alberto. **Impactos do crédito rural repassados pela Cresol Cascavel**. Revista Cultivar e Saber. V.4 , nº2, p.95-104. Cascavel, 2011.

SILVA , Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3ª ed. Ver. e atual. Florianópolis: UFSC, 2001. Disponível em: <http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>>. Acesso em: 01/02/2014.

SILVA, Eduardo Farias. **A organização das cooperativas brasileiras e negação do direito fundamental a livre associação**. Pós Graduação em Direito da

Universidade Federal do Paraná. (Dissertação de mestrado). Curitiba: UFPR, 2006.
http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/3768/A_Organizacao_das_Cooperativas.pdf?sequence=1> Acesso em: 15.04.2014

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abreu, 2002.

_____, **Desenvolvimento Solidário: Significado e estratégias**. Brasília 2014
<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAE0E4A31614/DESENVOLVIMENTO%20SOLIDARIO.pdf>

_____. **Economia Solidária**. ESTUDOS AVANÇADOS, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008. Disponível em . Acessado em: 15 dez. 2010.

SINHORINI, José Marcos. (Entrevista). 18.03.2014

SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA CRESOL. Disponível em: www.cresol.com.br/site. Acesso em 19/03/2014.

STONER, James A. F. & FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

SOSTER, Nivalda e DIRCEU, Basso. A cooperativa e o crédito como desenvolvimento rural. In: INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO. **Análises das experiências do sistema Cresol como ferramenta de inclusão social**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2013.

SOUZA, Iraci Biankato, FONSECA, Marcos Wagner. **Sistema CRESOL, uma família que cresce com você**. In: VOLLES, Adriana et AL. Ensaio sobre o Cooperativismo solidário. Londrina :Midlograf, 2010

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira (cood), et al. **Governança Cooperativa: Diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília: BCD, 2009.

VENTURA, M. M. O **Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Rev SOCE. RJ. pag. 383-386 setembro/outubro. 2007.

VOLLES, Adriana et al. **Cooperativa Escola**. Francisco Beltrão: Infocos 2009.

ZYGER, Vanderley. **Inclusão financeira no Brasil: perspectivas e desafios para acesso a serviços financeiros adequados**. In: VOLLES, Adriana et al. (Org.). Ensaio sobre o cooperativismo solidário. Londrina: Midiograf, 2010

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi - 2^a Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - Questionário aos agricultores

1 IDENTIFICAÇÃO DO ASSOCIADO

1.1 Nome: _____

1.2 Sexo: M () F ()

1.3 Escolaridade: Ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo ()
) ensino médio incompleto () ensino médio completo () ensino superior
 incompleto () ensino superior completo () ensino técnico ()
 outros.

1.4 Idade: _____

1.5 Número de pessoas na família: _____

1.6 Número de filhos: _____

1.7 Número de filhos que moram na propriedade: _____

1.8 Mão de obra contratada: () diaristas temporários () assalariados

1.9 Média de horas/dia/pessoa? _____

1.10 Área da propriedade (ha)? _____

1.11 Qual é o meio de locomoção que sua família utiliza para vir na zona Urbana?

() carro próprio () ônibus () caminhão () taxi

1.12 Atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade() soja () milho ()
 bovinocultura de leite () horticultura () grãos () fruticultura () fumicultura ()
 agroindústria () feijão () outros.

2 RELAÇÃO COOPERATIVADO / COOPERATIVA

2.1 Há quanto tempo é sócio da CRESOL? _____

2.2 Por qual(is) motivo (s) associou-se?

- Maior quantidade de crédito.
- Menores juros e Menores taxas de serviços.
- Maior agilidade na obtenção do crédito.
- Apoio técnico oferecido pelo sistema.
- Maior participação no processo decisório da cooperativa.
- outros:

2. 4 Quais produtos e serviços da CRESOLvc já utilizou?

- Financiamentos
- CartaoCRESOL
- Poupança
- Cheques
- Seguros
- Pagamentos
- Pagamento de Aposentadoria
- Recarga de celular

Justifique: _____

2.5 Participa das Assembléias gerais Sim Não

2.6 As decisões são aplicadas pela diretoria Sim Não

2.7 Como os sócios estabelecem conhecimento e controle dos procedimentos da direção? _____

2.8 Seres cooperado da CRESOL é diferente de ser sócio de outra instituição de crédito.

sim não

Justifique: _____

2.9 Graus de satisfação em ser cooperativado da CRESOL

Muito Bom Bom Regular Ruim Muito Ruim

3. COM RELAÇÃO AO CRÉDITO

3.1 Há quanto tempo vem acessando créditos no Pronaf?

Menos de 1 ano De 1 a 5 anos De 5 a 10 anos Mais de 10 anos

3.2 Linha de crédito acessado safra 2013 – 2014

Custeio: R\$ (valor)

Investimento: R\$ (valor)

Recursos Próprios: R\$ (valor)

3.3 Objetivos dos créditos safra 2013 - 2014

soja milho bovinocultura de leite grãos horticultura fruticultura fuminicultura agroindústria feijão cana outros.

3.4 Além da CRESOL, Quais outras instituições financeiras utiliza?

Banco do Brasil Sicoob Sicredi outra

3.5 Quem realiza o projeto?

- Própria instituição Agrônomo autônomo Técnico autônomo
 Emater Empresa assistência técnica particular Técnico cooperativas
 Agrônomo ou Técnico sindicato Outros. Quais:
-

3.6 Aqueles que fazem os projetos influenciam onde aplicar os recursos?

- Sim Não As vezes,
justifique.....

3.7 Os recursos liberados são aplicados exatamente de acordo com o previsto no orçamento da proposta ou projeto?

- Sim Não Em partes,
justifique.....

3.8 Você considera difícil o acesso aos financiamentos do Pronaf?

- Sim Não

3.9 Se sim, quais as maiores dificuldades encontradas? Em ordem de importância.

- Inadimplência Burocracia Demora para liberação
 Prazo de pagamento Juros muito altos Exigência de garantias
 Falta de informações Falta de projeto Falta de recursos
 Outras. Quais: _____

3.10 Renda Bruta: R\$ _____**3.11 Renda não agrícola:**

- aposentadoria pensão assalariado diária outras

3.12 Como você avalia o Pronaf?

- Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

Por quê?

3.13 Grau de observação das melhorias(Reflexos)do desenvolvimento sustentável da propriedade após CRESOL.

() Muito Melhor () Melhor () Igual () Pior () Muito Pior

Justifique: _____

3.14 Na sua visão que ações você desenvolve na propriedade para melhorar o meio ambiente.

4. FUTURO DA PROPRIEDADE

4.1 Há perspectiva de investimentos futuros na propriedade?

() sim () não () não sei.

Em caso afirmativo

Quais? _____

4.2 Futuro da propriedade:

() sucessão c/ filhos () venda da propriedade () não sei.

4.3 Em relação à atividade da agricultura familiar?

- () é muito bom ser agricultor(a).
- () é bom, apesar das dificuldades.
- () é ruim, mas melhor que ser empregado assalariado.
- () é muito ruim, se der, vamos deixar a agricultura para trabalhar na cidade.

4.4 Na sua visão, qual é a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico do município?

4.5 Na sua visão quais os valores que existem no meio rural?

APÊNDICE B - Questionário ao Gestor da CRESOL e Termo de autorização

1. Processo de fundação/histórico e evolução da Singular Ampére?
2. Quais são as linhas de Financiamentos ofertadas aos agricultores familiares safra 2013/2014?
- 3 Quais as taxas de juro aplicada em cada linha?
- 4 Qual é o público beneficiado em cada linha?
- 5 Quais as exigências e acesso para enquadramento dos agricultores em cada linha?
- 6 Qual é a forma de divulgação do crédito para os agricultores?
- 7 Qual é o auxílio disponibilizado para elaboração dos projetos de financiamento? E quem faz os projetos?
- 8 Qual é o percentual de inadimplência em cada linha de financiamento?
9. Quais são os produtos e serviços oferecidos pela cooperativa aos seus cooperados?
10. Evolução do quadro social (números de sócios por ano)

Singulares	1998	2001	2004	2007	2010	2013
Ampére						

11. Assembleia Geral - Participações na Assembleias

Singulares	1998	2001	2004	2007	2010	2013
Ampére						

12. Repasse total em investimento por singular da CRESOL

Singulares	1998	2001	2004	2007	2010	2013
Ampére						

13-Repasse total em custeio na CRESOL

Singulares	1998	2001	2004	2007	2010	2013
Ampére						

14 Repasse em empréstimo pessoal na CRESOL

Singulares	1998	2001	2004	2007	2010	2013
Ampére						

17 – Na sua visão, qual é a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico do município?

18 – Na sua percepção quais são as organizações municipais que mais contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar no município?

19 - Como a cooperativa Cresol, trata dos conflitos com relação às outras entidades que buscam o desenvolvimento local de Ampére?

20 - Na sua visão, quais são os principais desafios organizacionais para o sistema?

APÊNDICE C - Questionários aos EXPERTS

1 . IDENTIFICAÇÃO

1.1. Entidade:

1.2. Entrevistado:

1.3. Função do entrevistado e tempo de serviço:

1.4. Escolaridade:

2 - Com relação as linhas de financiamentos atuais, em sua visão elas atendem as demandas dos agricultores familiares?

3 – Na sua visão qual é a evolução das taxas de juros aplicadas ao PRONAF?

4 – Como você percebe as exigências por enquadramento e acesso ao crédito aos Agricultores Familiares?

5 – Na sua visão todos os agricultores conhecem os programas e procedimento para acessar o crédito?

6 – Sobre a funcionalidade da elaboração dos projetos, quais instituições que mais se envolvem e as principais limitações?

7 – A inadimplência com relação ao pagamento do PRONAF, é um problema na atualidade?

8 – O Credito acessado pelas UF, tem sido bem aplicado e reflete para o desenvolvimento social, econômico e ambiental de onde estão inseridas?

9- Qual a importância da CRESOL dentre as demais instituições fornecedoras de crédito na operacionalização do PRONAF e para o acesso ao crédito aos agricultores familiar?

10- Qual é a importância da Agricultura Familiar no município de Ampére?



DECLARAÇÃO DE USO ESPECÍFICO DO MATERIAL E/OU DADOS COLETADOS

Pelo presente termo, eu WILSON CAMARGO, portador(a) do RG nº4.043.844-0 e do CPF nº 546.152.679-91, domiciliado(a) na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, na condição legal de gestor da Cooperativa de Crédito CRESOL Base Fronteira, decido pelo presente, a **autorização** para a coleta dos dados, entrevistas, relatórios, imagens, fotografias e a posterior divulgação desses resultados, com a finalidade específica para o desenvolvimento da pesquisa em questão.

Ampére-PR, 10 de Outubro de 2014.


Wilson Camargo
PRESIDENTE
Cpf 546 152.679-91
BASE-FRONTIEIRA
Wilson Camargo



DECLARAÇÃO DE USO ESPECÍFICO DO MATERIAL E/OU DADOS COLETADOS

Pelo presente termo, EU, Junior Neumeister, portador(a) do RG nº 76914737 e do CPF nº 071.642.311-72, domiciliado(a) na cidade de Ampére, Estado do Paraná, na condição legal de gestor da Cooperativa de Crédito CRESOL Singular de Ampére – PR, decido pelo presente, a **autorização** para a coleta dos dados, entrevistas, relatórios, imagens, fotografias e a posterior divulgação desses resultados, com a finalidade específica para o desenvolvimento da pesquisa em questão.

Ampére-PR, 09 de Outubro de 2014.

(assinatura e carimbo)

Junior Neumeister
Diretor Presidente